

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE UNIVILLE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE  
NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2007 A 2014

INGRID LEÃO MENDES FONTANA  
PROFESSORA DRA. ROSÂNIA CAMPOS  
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

JOINVILLE - SC  
2015

INGRID LEÃO MENDES FONTANA

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE  
NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2007 A 2014

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, linha de pesquisa Políticas e Práticas Educativas, da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Dra. Rosânia Campos.

Joinville - SC

2015

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Fontana, Ingrid Leão Mendes  
F679pPlano de desenvolvimento da educação – PDE na produção científica de 2007  
a 2014, O/Ingrid Leão Mendes Fontana;orientadoraDra. Rosânia Campos –  
Joinville: UNIVILLE, 2016.

113f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação –Universidade da Região de Joinville)

1.Educação.2. Plano de Desenvolvimento da Educação. 3. Política  
pública.I. Campos, Rosânia (orient.).II. Título.

CDD370

## Termo de Aprovação

“Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE na Produção Científica de 2007 a 2014”

por

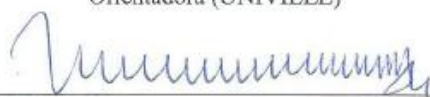
Ingrid Leão Mendes Fontana

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Educação, aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Educação.



---

Prof. Dra. Rosânia Campos  
Orientadora (UNIVILLE)



---

Prof. Dra. Márcia de Souza Hobold  
Coordenadora do Programa de Mestrado em Educação

### Banca Examinadora:



---

Prof. Dra. Rosânia Campos  
Orientadora (UNIVILLE)



---

Prof. Dra. Márcia Buss Simão  
(UNISUL)



---

Prof. Dra. Elizabete Tamanini  
(UNIVILLE)

Joinville, 21 de agosto de 2015

*À minha filha Gabriella Victoria, cuja  
força e perseverança fazem dela  
uma inspiração para sempre  
buscarmos os sonhos!*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pela presença em minha vida possibilitando a realização desse trabalho!

Aos meus pais por terem me mostrado o valor dos estudos e terem me oportunizado os primeiros passos dessa jornada.

À minha orientadora Professora Dr<sup>a</sup>. Rosânia Campos, primeiramente pelo acolhimento, serei eternamente grata, pela paciência, carinho, por nunca desistir e por compartilhar todo o seu conhecimento. Uma “coruja”, sábia e inteligente!

Ao colegiado, por ter aceitado o meu pedido e ter permitido a permanência do tema a ser pesquisado.

Aos professores do curso, pelos conhecimentos compartilhados, por serem sempre dispostos a ajudar e contribuir. Em especial a Professora Dr<sup>a</sup> Elizabete Tamanini pela “boniteza” do seu ser, e por toda contribuição aos contornos e delineamentos dessa pesquisa.

À Professora Dr<sup>a</sup> Márcia Buss Simão, por partilhar seu conhecimento de maneira tão primorosa, contribuindo sobremaneira para esse trabalho.

Aos amigos do curso, cuja amizade tornou todo o processo árduo em momentos de muita troca, carinho, confraternização e alegria. Em Especial a Rita Pasbt Martins, André Luis da Cunha e Denise Rengel.

À minha amiga Luiza dos Santos Oliveira e a minha sogra Maria Luci pelo carinho e cuidado com meu filho Joaquim tornando os meus momentos ausentes como mãe muito mais tranquilos.

Ao meu marido Claudison, responsável pela concretização desse sonho que há muito tempo já havia armazenado e esquecido. Muito obrigada por não permitir que eu desistisse de realizá-lo.

*[...] se antes de cada ato nosso nós pudéssemos prever todas as consequências dele, a pensar nelas a sério, primeiro as imediatas, depois as prováveis, depois as possíveis, depois as imagináveis, não chegaríamos sequer a mover-nos de onde o primeiro pensamento nos tivesse feito parar. Os bons e os maus resultados dos nossos ditos e obras vão-se distribuindo, supõe-se que de uma forma bastante uniforme e equilibrada, por todos os dias do futuro, incluindo aqueles, infundáveis, em que já cá não estaremos para poder comprová-lo, para congratular-nos ou pedir perdão.*

*(SARAMAGO 1995, p. 84)*

## RESUMO

A presente pesquisa teve como questão orientadora investigar como as produções científicas que tem por objeto de pesquisa o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, abordam, discutem e analisam essa política pública. Desde seu lançamento em 2007, o PDE é o eixo central das políticas educacionais no país, contempla todos os níveis da educação - a Educação Básica, a Educação Superior, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação Profissional, a Educação Especial, a Educação Indígena e Quilombola – e, sendo assim, é a ação política mais importante para educação nacional na atualidade. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é analisar as produções científicas no período de 2007 - 2014 da área de educação que discutem o PDE como política pública. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa junto aos bancos de dados da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses - BDTD. Para auxiliar as análises foram utilizados pesquisadores da área de educação como Arendt (2010), Muller (2005), Romanowski (2007), Stephen Ball (2006), Mainardes (2009), entre outros. Nesse processo, foram identificadas 35 dissertações que versam sobre o PDE como política pública, e não apenas as ações desse plano. As análises dos resumos indicam ainda predominar pesquisas que não utilizam referenciais de análise de políticas, bem como, indicam que esse objeto teve maior investigação nos anos de 2011 e 2012, período em que o citado plano é desenvolvido em nível nacional, não apenas como uma política compensatória, mas ampliando sua ação nas diferentes regiões do país.

**Palavras-Chave:** Plano de Desenvolvimento da Educação, Política Pública para educação, Levantamento da Produção.

## ABSTRACT

The Education Development Plan - PDE since its launch in 2007 is the central axis of the educational policy in the country. Includes all levels of education - basic education, higher education, the Youth and Adult Education (EJA), Vocational Education, Special Education, Indigenous and Quilombola Education - therefore, we believe that the PDE is the political action more important for national education today. Given its importance and relevance to public education policy, set up the following issues: how the academy is addressing, discussing and analyzing this policy? Considered the problem, the objective of this research is to analyze the scientific productions that discuss the PDE as public policy in education in the 2007-2014 period. To this end, it developed a survey of databases of CAPES and the Brazilian Digital Library of dissertations and Teses- IBICT. To assist our analyzes were used area of education researchers as Arendt (2010), Muller (2005), Romanowski (2007) and Stephen Ball (2006), Mainardes (2008), among others. In this process it was identified 29 dissertations studying PDE as public policy, not just the actions of this plan. Analyses indicate still predominate research that does not use policy analysis frameworks, and indicate that this object had further research in the years 2011 and 2012, a period that the said plan is developed at the national level, not only as a compensatory policy, but expanding their activities in the different regions of the country.

**Keywords:** Development Plan of Education, Public Policy Education, Survey of Production.

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS

**AEE** - Atendimento Educacional Especializado

**ADA** - Acervo Digital Acessível

**ANA** - Avaliação Nacional da Alfabetização

**ANEB** - Avaliação Nacional da Educação Básica

**ANPED** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

**ANPOCS** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

**ANRESC** - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar

**COMUT** - Programa de Comutação Bibliográfica

**BDTD** - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

**BPC** - Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social

**CAP** - Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual

**CAS** - Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CENP** - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

**CONAE** - Conferência Nacional de Educação

**DF** - Distrito Federal

**EI** - Educação Infantil

**EJA** - Educação de Jovens e Adultos

**EM** - Ensino Médio

**EMTI** - Escola Municipal em Tempo Integral

**EPT** - Educação Profissional e Tecnológica

**FIES** - Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior

**FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

**FUNDEF** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

**FUNDESCOLA** - Fundo de Fortalecimento da Escola

**GEDFFE** - Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática, Filosofia e Formação do Educador

**GESTAR** - Gestão da Aprendizagem Escolar

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBICT** - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

**ICED/UFPA** - Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará

**IDE** - Indicadores Demográficos e Educacionais

**IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**FACED** - Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Divinópolis

**IFAC** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - AC

**IFET** - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

**INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** - Ministério da Educação

**NAAH/S** - Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação

**NAPPB** - Núcleo de Apoio Pedagógico e Produção Braille

**OCs** - Orientações Curriculares

**PAR** - Plano de Ações Articuladas

**PARFOR** - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

**PDDE** - Programa Dinheiro Direto na Escola

**PDE** - Plano de Desenvolvimento da Educação

**PDE-Escola** - Plano de Desenvolvimento da Escola

**PEC** - Proposta de Emenda à Constituição

**PET- SAÚDE** - Programa de Educação tutorial em Saúde

**PIATI** - Programa Interdisciplinar de Apoio a Terceira Idade

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PIBID** - Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência

**PITCE** - Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior

**PMSE** - Plano de Mobilização Social pela Educação

**PIBID** - Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior

**PNAES** - Plano Nacional de Assistência Estudantil

**PNATE** - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

**PNBE** - Programa Nacional da Biblioteca Escolar

**PNE** - Plano Nacional de Educação

**PNEGEBP** - Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública

**PNLD**- Programa Nacional Livro Didático

**PROEJA** - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

**PROETI** - Programa de Educação em Tempo Integral

**PROEXT** - Programa de Apoio à Extensão Universitária

**PROINFO** - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

**PROLIBRAS** - Programa Nacional para a Certificação de Proficiência

**PRONERA** - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**PROUNI** - Programa Universidade para Todos

**PSC** - Projeto Soldado Cidadão

**PSE** - Programa Saúde na Escola

**PUC-MG** - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

**REME** - Rede Municipal de Ensino

**RENAFOR** - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Básica

**REUNI** - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

**SAEB** - Sistema de Avaliação da Educação Básica

**SEC** - Secretaria de Educação

**SEE/MG** - Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais

**SEESP** - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

**SEMED** - Secretaria Municipal de Educação

**SIMEC** - Sistema Integrado de Planejamento, Orçamentos e Finanças do Ministério da Educação

**SINAES** - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

**SUPROF** - Superintendência de Educação Profissional

**TACS** - Técnico Agente Comunitário de Saúde

**TIC** - Tecnologias da Informação e Comunicação

**UAB** - Universidade Aberta do Brasil

**UCPB** - Universidade Católica da Paraíba

**UFCG** - Universidade Federal de Campina Grande

**UFPB** - Universidade Federal da Paraíba

**UFBA** - Universidade Federal da Bahia

**UFES**- Universidade Federal do Espírito Santo

**UFPA** - Universidade Federal do Pará

**UNDIME** - União de Dirigentes Municipais da Educação

**UNESP** - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

**UNIVILLE**- Universidade da Região de Joinville

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	-Definições de políticas públicas	27
<b>Quadro 2</b>	-Modelos de formulação e Análise de Políticas Públicas	35
<b>Quadro 3</b>	-Eixos Centrais da Política Educacional	65
<b>Quadro 4</b>	-Procedimentos Metodológicos	72
<b>Quadro 5</b>	-Palavras Chaves	73

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela1-</b>	Total de dissertações – Primeira pesquisa geral	75
<b>Tabela2-</b>	Total de dissertações e teses – Período 2007 a 2014	76
<b>Tabela3-</b>	Total de dissertações – Período 2007 a 2014	76
<b>Tabela4-</b>	Total de dissertações - 2007 a 2014 - Descritores combinados	77
<b>Tabela5-</b>	Total de dissertações - 2007 a 2014 - Refinamento dos títulos	78
<b>Tabela6-</b>	Total de dissertações e teses - Refinamento / Filtro	79
<b>Tabela7-</b>	Total de dissertações - Refinamento / Filtro - 2007 a 2014	80
<b>Tabela8-</b>	Total dissertações - Refinamento / Filtro / Título - 2007 a 2014	81
<b>Tabela9-</b>	Relação das dissertações selecionadas	82
<b>Tabela10-</b>	Resultado primeira busca - Descritores / Título - Banco IBICT	110
<b>Tabela11-</b>	Resultado primeira busca - Descritores / Título - Banco CAPES	111
<b>Tabela12-</b>	Resultado levantamento - Filtro Descritores / Título Banco IBICT	112
<b>Tabela13-</b>	Resultado levantamento - Filtro Descritores / Título Banco CAPES	113

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico1-</b>	Total de dissertações selecionadas	86
<b>Gráfico2-</b>	Número de dissertações por regiões brasileiras	88
<b>Gráfico3-</b>	Número de dissertações de mestrado publicadas por ano	89
<b>Gráfico4-</b>	Planos, Programas e Ações	92
<b>Gráfico5-</b>	Referenciais de Análise dos trabalhos selecionados	93
<b>Gráfico6-</b>	Esferas de Governo	94
<b>Gráfico7-</b>	Campo de Estudo	94

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>15</b>
<b>1 Dialogando com conceitos e teorias .....</b>	<b>22</b>
1.1 Política.....	22
1.2 Política pública .....	25
1.2.1 Caracterizando Políticas Públicas de Estado e de Governo .....	28
1.3 Política pública educacional .....	30
1.3.1 Educação como um Direito .....	31
1.4 A análise de política .....	33
1.5 Modelos de referenciais de análise de políticas públicas .....	34
<b>2 Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE .....</b>	<b>40</b>
2.1 Ações do PDE .....	48
2.1.1 Educação Básica.....	48
2.1.2 Educação Superior.....	58
2.1.3 Educação Profissional.....	61
2.1.4 Alfabetização.....	62
2.2 Plano de ações articuladas – PAR.....	62
<b>3 Percorso metodológico .....</b>	<b>68</b>
3.1 A pesquisa em foco.....	70
3.2 Procedimentos metodológicos .....	74
3.3 O levantamento no banco de dados da CAPES e do IBICT .....	75
3.3.1 Primeira Etapa: pesquisa com descritores gerais .....	75
3.3.2 Segunda Etapa: refinamento da pesquisa.....	78
<b>4 Análise dos dados.....</b>	<b>86</b>
4.1 Localização geográfica das pesquisas.....	87
4.2 Ano de maior incidência da produção .....	89
4.3 Esfera e campo de incidência dos estudos .....	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>110</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A grande importância que o conceito de começo e origem tem para todas as questões estritamente políticas advém do simples fato de que a ação política, como toda a ação, é sempre essencialmente o começo de algo novo; como tal, ela é, em termos de ciência política, a própria essência da liberdade humana. (ARENDR, 2002, p.52).

A concepção arendtiana de política como essência da liberdade humana baseia-se no fato de que para autora, a liberdade humana é algo potencial e se faz sentir na esfera pública, em que cidadãos juntos realizam algo no mundo. Para Arendt, a liberdade humana está na relação dos homens com os espaços públicos, a ação política é a representação da liberdade, entendida liberdade enquanto ação, nela principiam os interesses reais dos cidadãos, comumente expressos na realização de algo.

A ação política, representada nos interesses reais da sociedade, expressa na liberdade humana de participação na constituição das políticas, motiva a compreensão de política. Foi a busca por aprender sobre a ação política e em especial a política pública Plano de Desenvolvimento da Educação que principiou essa pesquisa.

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE foi lançado em 24 de abril de 2007, sendo um conjunto de ações que agrega os diversos níveis e modalidades da educação no país.

Segundo o Ministério da Educação – MEC, a principal finalidade do PDE é oferecer educação básica de qualidade a todos os indivíduos, realizando investimentos na educação profissional e superior, visto que são interdependentes, envolvendo um trabalho em conjunto, buscando como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública.

O Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece metas para a qualidade da educação e orienta para que escolas e secretarias de educação se organizem no atendimento aos alunos. Prevê ainda recursos prioritários aos municípios com baixos indicadores de ensino, em busca da melhora da educação no país. Para o MEC, a evolução da educação requer a participação intensiva da

sociedade civil, em um trabalho conjunto que vise à permanência e o sucesso do aluno na escola.

Embora o PDE parta de um diagnóstico da realidade da Educação brasileira e seja dirigido por um conjunto de metas e diretrizes que buscam atender algumas das necessidades mais latentes da educação na atualidade, ele não difere de qualquer política pública, sendo assim não é possível predefinir os resultados das ações, e conseqüentemente o resultado da política como um todo.

Políticas públicas precisam ser acompanhadas, analisadas e avaliadas para que se alcancem resultados esperados. Sua interação e movimento contínuo são de grande complexidade, e desse modo a análise e avaliação em política pública são fundamentais para o acompanhamento e/ou reestabelecimento de novas ações políticas que levem aos efeitos propostos.

Segundo Baptista e Resende (2011, p.156):

A “análise de políticas públicas” visa realizar o exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos do programa, que podem ser formulados e implementados de diversos modos. Busca reconstituir suas características de forma a apreendê-las em um todo coerente e compreensível, dando sentido e entendimento às ambiguidades, incoerências e incertezas presentes em todos os momentos e estágios da ação pública. Aproxima-se da avaliação de processos à medida que permite identificar os fatores facilitadores e os obstáculos que operam ao longo da implementação, sem preocupar-se diretamente com os resultados.

Desse modo, a realização de análise da política pública PDE permite apreendê-lo em todas as imprecisões e avaliá-lo em seu processo. O interesse por compreender essa política se constituiu ao longo de uma jornada pessoal e profissional, conforme se descreve a seguir.

### **Construindo o Conhecimento – Percursos Pessoais e Acadêmicos**

O caminho percorrido até aqui sempre foi marcado por uma atitude argumentativa e questionadora, muitas vezes mal interpretada. No entanto, essas características tornaram toda a minha infância e parte da adolescência objeto de estímulo e persuasão dos meus pais para que um dia fosse uma “grande” advogada. Porém, para decepção deles, no ensino médio conheci um professor de história que mudou esses planos. Ao me ensinar que a história é capaz de conscientizar os seres humanos e partindo daí, transformar o mundo que eu tanto questionava, fez com que me apaixonasse pela disciplina.

Pensar que de alguma maneira eu poderia contribuir com a construção desse embrião que gera a transformação do mundo me levou a contrariar tudo o que meus pais haviam planejado e aos 16 anos ingressei na Universidade Federal do Espírito Santo no curso de História. No entanto, questões socioeconômicas da época fizeram-me ingressar no mercado de trabalho já como professora, no primeiro ano de faculdade me afastando da iniciação científica.

Nessa época, minhas aulas eram baseadas apenas em ideais, o conhecimento ainda incipiente não me permitia avançar muito no conceitual. Com uma carga horária de 40 horas semanais a vida acadêmica ficava restrita a apenas um terço do meu dia e às madrugadas. Lembro-me de falar aos meus alunos do noturno, quando pedia uma tarefa de pesquisa e eles reclamavam da ausência de tempo em virtude do trabalho durante o dia: “O que fazem de meia noite às seis?”, em uma clara alusão a minha própria realidade.

Ainda na faculdade, quando consegui me apropriar de um aporte teórico maior, ingressei também em uma escola particular, em que lecionei do ensino fundamental ao ensino médio. Nesse período, o que me motivava era a certeza de estar construindo junto com os meus alunos uma consciência de mundo mais crítica. Inspirada pelo pensamento de Freire (1996, p. 38), que ensina que:

[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante.

A partir desse ideário dialético e contraditório, trabalhava os conteúdos de História. Passei também a dar aula para pré-vestibular e ingressei em contrato temporário na Rede Pública Municipal de Vila Velha, no Espírito Santo. Permanecendo dando aula com contrato temporário e cursando História, com breves períodos de dedicação exclusiva até o ano de minha formatura. Nessa fase, a visão que tinha de mundo era restrita ao aspecto político e conceitual da história, meu objetivo era apenas o pensar e o fazer histórico e foi assim que me constitui professora.

Utilizei um dos breves períodos sem contrato para o Trabalho de Conclusão do Curso, passei esse tempo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro, o que, confesso, foi um dos melhores momentos de minha graduação, pesquisei em fontes primárias e pela primeira vez vislumbrei o mundo maravilhoso

da pesquisa científica. No entanto, tive que logo em seguida à formatura retornar ao trabalho, e a aprovação no concurso público para professor de História no Estado do Espírito Santo me colocou em um outro cenário: o da educação em si. Passei a enxergar outro mundo, para além da história dos livros que li na universidade, o da história da realidade da educação no país. A partir daí, comecei a questionar como de fato se engendram as políticas públicas de educação no Brasil.

Prestei outro concurso público para professor de História agora do município de Vila Velha, no Espírito Santo. Com a efetivação, passei a me dedicar exclusivamente ao ensino público. Minhas características de ser muito argumentativa e questionadora foram me oportunizando desenvolver uma prática mais reflexiva, isto é, uma práxis educativa. Era importante entender as circunstâncias e todos os elementos que levavam o meu aluno a não compreender o conteúdo específico do currículo e outras demandas relativas ao aprendizado. Sendo assim, me dediquei cada vez mais ao mundo do fazer e refazer a educação pública, contribuindo na construção do projeto político pedagógico, entrando para o conselho de escola, participando de comissões para pensar na melhoria da qualidade da educação. Em seguida, todas essas ações me renderam um convite para assumir a coordenação da Escola Municipal Ilha da Jussara na qual havia sido efetivada.

Em 2007, exonerei do concurso estadual e passei a me dedicar exclusivamente ao município de Vila Velha. Em 2009, fui convidada a compor o Comitê Estratégico da Secretaria Municipal de Educação, cujo objetivo era implantar, acompanhar e avaliar as ações do Plano de Ações Articuladas – PAR. Como membro do referido Comitê, tive a oportunidade de construir uma relação entre teoria e prática do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Na educação é impossível exercer qualquer atividade sem que de alguma maneira não sejamos afetados. Dito de outra maneira por Freire (1996, p. 37),

[...] não é possível exercer a atividade do magistério como se nada ocorresse conosco. Como impossível seria sairmos na chuva expostos totalmente a ela, sem defesas, e não nos molhar. Não posso ser professor sem me pôr diante dos alunos, sem revelar com facilidade ou relutância minha maneira de ser, de pensar politicamente.

Sendo assim, em qualquer função que o educador esteja desempenhando é necessário haver uma entrega e um comprometimento, pensar politicamente, o que se diz e o que se faz.

Esse período no Comitê Estratégico da Secretaria Municipal de Educação do Município de Vila Velha foi de grande valia, pois aprofundei os estudos em política pública educacional e tive a oportunidade de participar pela primeira vez da Conferência Nacional de Educação organizando a etapa municipal, podendo assim fazer parte da etapa estadual. Inserida nesse contexto de revisão e questionamentos das políticas educacionais, e no meu caso em particular, como integrante do Comitê responsável diretamente pela implantação das ações e programas do PDE, desenvolveu-se um interesse de aprofundar ainda mais os estudos em política pública para educação e, em especial no PDE. Com esse objetivo ingressei no Mestrado de Educação da UNIVILLE, na linha de Pesquisa Política e Práticas Educativas, no ano de 2013.

### **Problema da Pesquisa**

Com a escolha do tema, a primeira ação dessa pesquisa foi fazer um levantamento bibliográfico na intenção de me familiarizar com o objeto, e como parte desse levantamento foi realizada uma busca inicial no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES<sup>1</sup>, utilizando apenas como descritor o objeto da pesquisa “Plano de Desenvolvimento da Educação”, e o resultado encontrado foi um número muito baixo de produções que apresentavam estudos específicos do PDE como política pública nacional. Assim, um primeiro questionamento surgiu: Por que há tão poucas produções acadêmicas que abordam o Plano de Desenvolvimento da Educação como política pública nacional? Principalmente, considerando o fato que desde 2007 o PDE é a principal política pública em vigor para educação.

---

<sup>1</sup> A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) configura-se como uma agência reguladora brasileira da educação superior que tem como missão a “expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação”. É responsável por atividades que envolvem quatro linhas de ação: acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional e, avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, tendo como princípio a busca de um padrão de excelência acadêmica sempre maior dos mestrados e doutorados nacionais.

Segundo Coutinho e Cunha (2004, p.54), “todo problema caracteriza-se por uma dificuldade, uma dúvida ou um desconhecimento e exige tratamento no campo conceitual, para vir a se constituir em real problema de pesquisa”. Dessa forma, a dificuldade de encontrar produções científicas que apresentassem o estudo do Plano de Desenvolvimento da Educação em sua totalidade enquanto política pública fomentou o problema desta pesquisa.

Em seguida uma outra questão surgiu: Como as produções científicas, que tem por objeto de pesquisa o Plano de Desenvolvimento da Educação, abordam, discutem e analisam essa política pública? Desse modo, o problema da pesquisa emergiu do próprio campo de investigação, a partir do qual foram definidos os objetivos, bem como o tipo de estudo desta pesquisa: *levantamento da produção científica*.

A escolha pelo tipo de pesquisa, levantamento da produção científica, se fez por entender que a produção científica é o conhecimento produzido, difundido e democratizado por meio da comunidade acadêmica, que apresenta informações, análises e resultados que permitem uma visibilidade sobre um determinado tema. No caso específico desse trabalho, o levantamento teve como foco a análise das produções que versam sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação realizadas na área da educação.

Para a realização do levantamento das produções científicas em educação optou-se como referência pelo modelo de pesquisa “Estado da Arte”, que, de acordo com Soares (1989, p.3), são “pesquisas de caráter bibliográfico, com o objetivo de inventariar e sistematizar a produção em determinada área do conhecimento”, e destaca que “pesquisas desse tipo é que podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas”. No entanto, cabe ressaltar que não há nesse trabalho a pretensão de realizar um “Estado da Arte”, conforme mencionado anteriormente o objetivo é um levantamento da produção de conhecimento realizada na área. O período de análise dessas produções foi definido de 2007 - 2014 por considerar que em 2007 foi o ano oficial do lançamento do Plano de desenvolvimento da Educação - PDE.

## Objetivo da Pesquisa

Ao se considerar a problemática exposta, definiu-se como objetivo desta pesquisa: *analisar as produções científicas da área de educação que discutem o Plano de Desenvolvimento da Educação, tendo como foco a compreensão de como o PDE é apreendido e analisado como política pública nacional*. A partir dessa definição de objetivo, foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as pesquisas nas quais o PDE figura como objeto de estudo;
- Mapear as pesquisas do período 2007-2014 que versem sobre o PDE;
- Evidenciar como as pesquisas discutem o PDE como política pública;
- Pesquisar os referenciais de análises de políticas públicas utilizados nas pesquisas encontradas;

A partir da delimitação do objetivo geral, do recorte temporal e da definição dos objetivos específicos, a presente pesquisa foi organizada por capítulos, sendo o primeiro capítulo um diálogo com os conceitos e definições de política, políticas públicas, política educacional. Também nesse capítulo foi realizada uma exposição sobre análises de políticas e alguns modelos de referenciais de análise de políticas públicas.

O segundo capítulo apresenta a política pública educacional Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, com o objetivo de considerar abordagens epistemológicas presentes no material de estudo.

O percurso metodológico compreende o terceiro capítulo, o qual procura discutir, de modo mais detalhado, os procedimentos realizados e um mapeamento geral das pesquisas.

O último capítulo é composto pela discussão dos dados encontrados, a partir de categorias engendradas no próprio processo de leitura e estudo das pesquisas selecionadas.

Para encerrar, são tecidas algumas considerações finais.

## 1 Dialogando com conceitos e teorias

A ciência Política, em sentido lato, tem por objeto o estudo dos acontecimentos, das instituições e das ideias políticas, tanto em sentido teórico (doutrina) como em sentido prático (arte), referido ao passado ao presente e às possibilidades futuras (BONAVIDES, 2000, p.42).

Definir e conceituar termos recorrentes ao objeto do estudo aqui proposto se faz pertinente por entender que a apresentação de tais concepções elucidada as referências consideradas para as análises que se farão no decorrer desse trabalho.

Na epígrafe de abertura do capítulo, apresenta-se um conceito de Bonavides, que expõe o sentido lato da ciência política. A utilização desse conceito é importante, uma vez que esse trabalho analisa a partir de outros estudos a política pública educacional PDE, partilhando assim o objetivo apresentado pelo autor por se tratar do “estudo dos acontecimentos, das instituições e das ideias políticas, tanto em sentido teórico (doutrina) como em sentido prático (arte)...”.

Os conceitos e teorias propostos para o diálogo foram selecionados a partir da compreensão da relevância desses para todo o percurso deste trabalho, e por acreditar que a sua ausência tornariam vagas as abordagens aqui relacionadas. Elencaram-se assim os conceitos de Política seguido de Políticas Públicas e Política Educacional, e posteriormente as Teorias de Análises de Políticas.

### 1.1 Política

O conceito de política é considerado a partir daquele que foi o primeiro a versar sobre ele, Aristóteles. O retorno ao clássico se justifica por compreender que seria aí o nascedouro de toda a teoria ocidental sobre a ação do Estado em prol dos seus.

Aristóteles afirma que é comum a cada homem particular, e ao Estado de uma maneira geral, conduzir as suas ações ao melhor fim. Sendo assim, Aristóteles apresenta “política” como sendo a ação do Estado para o bem comum, e completa que a política não determina o que pode convir a cada indivíduo, mas sim o que convém à pluralidade. Dessa forma, a política deve respeitar o interesse comum de todos os cidadãos.

Para o filósofo, o Estado deve prover as necessidades de seu povo, como defesa, segurança, engrandecimento, conservação, mas nunca deve perder de vista o seu fim, que é o de promover a virtude, e a felicidade de seus súditos.

Arendt (2010) realiza uma consideração importante ao analisar política como possibilidade. A autora (2010, p. 249) sustenta que a origem da política e do poder surge do espaço da aparência que vem a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação. Trata-se de um espaço que precede a toda e qualquer instituição formal da esfera pública e às várias formas de governo, cuja existência depende diretamente de que os homens permaneçam juntos e dispostos a agir e falar entre si, desaparecendo quando eles se veem isolados uns dos outros. Nesse sentido, trata-se também de um espaço que existe potencialmente, isto é, a política existe como possibilidade, nunca se reduzindo à sua institucionalidade ou às suas instituições.

Essa abordagem remete ao fato de que política não é uma ação isolada do Estado, mas precisamente se dá na possibilidade da sua ação. Ainda segundo Arendt (2009, p.144), a filosofia e a teologia, não encontraram nenhuma resposta filosófica válida para a pergunta: O que é política? E acrescenta uma crítica ao afirmar que, em todos os grandes pensadores, suas políticas jamais atingem a mesma profundidade, e para a autora essa falta de profundidade não é senão uma incapacidade de perceber as profundezas onde a política se ancora.

Arendt (2009, p.145), então define política:

Política diz respeito à coexistência e associação de homens diferentes. Os homens se organizam politicamente segundo certos atributos comuns essenciais existentes em, ou abstraídos de um absoluto caos de diferenças.

Essa definição de Arendt contribui para o entendimento da estrutura na qual se dá a ação da formulação das políticas. No entanto, é no significado de política que a autora nos oferece a melhor reflexão sobre o que de fato vem a ser política: “política é a liberdade” (ARENDR, 2009, p. 161).

Arendt (2009, p.169) argumenta ainda, que as respostas sobre o significado de política acabam caracterizando a política como um meio para se atingirem fins mais elevados. Sendo então, absolutamente necessária à vida humana, para salvaguardar, dito de outra maneira:

A concepção de que a política é um meio para um objetivo mais elevado e que trata da liberdade dentro da política tem de libertar de determinadas áreas. Só que a liberdade da política não é mais uma questão de minoria, mas sim, ao contrário, tornou-se uma questão da maioria que não devia nem precisava preocupar-se com os negócios do governo, ao passo que foi imposto à minoria o fardo de se preocuparem com a ordem política necessária aos assuntos humanos (ARENDR 2004, p.70).

Para complementar o conceito de política, buscou-se o conceito de Bobbio (2000, p.159) que publicou um verbete em seu Dicionário de Política, que também foi incluído na *Teoria Geral da Política*, no qual caracteriza a política como atividade única, distinta da economia, da moral, do direito, e outras.

Para o autor, política assegura-se como a posse específica dos recursos da força física para estabelecer o seu poder absoluto sobre todos os poderes, define que os fins da política são circunstanciais em íntima relação com a classe dominante em um determinado contexto (2000, p. 164), ou seja, sem a consumação da ordem pública, além da defesa do território e da integridade nacional das forças externas, todos os outros fins estarão comprometidos.

Bobbio (2000, p. 169), ainda acrescenta:

Não nos iludam outras teorias tradicionais que atribuem à política outros fins além da ordem, como o bem comum ( o próprio Aristóteles e depois dele o aristotelismo medieval) ou a justiça (Platão): um conceito como o de bem comum, caso queiramos libertá-lo da sua extrema generalidade, através da qual pode significar tudo e nada, e queiramos indicar-lhe um significado plausível, não pode designar senão aquele bem que todos os membros de um grupo têm em comum, bem este que outro não é senão a convivência ordenada (...). Em relação a justiça, quando a entendemos, “como o princípio com base no qual é bom que cada um faça aquilo que dele se espera no âmbito da sociedade como um todo, justiça e ordem são a mesma coisa”.

De acordo com Bobbio, a política, ao possuir como finalidade o poder em si mesmo, não valeria para nada; e induz a considerar uma possível desordem entre a objetivo da política como o poder pelo poder, permitindo então a interpretação da relação da justiça com a ordem, como provenientes do bem comum.

Bobbio (1997, p. 107) então, nos apresenta a seguinte definição:

A política não é tudo. Quem acredita que a política é tudo, como crê o homem do tudo ou nada, já está no caminho daquela politicização ou estatalização integral da vida em que consiste o Estado totalitário. Dão conta disso hoje em dia até mesmo grande parte daqueles movimentos de juventude que haviam acreditado poder resolver toda a dimensão humana na dimensão política. Só quem acredita que a política não é tudo chega a se

convencer de que a cultura desenvolve uma ação a longo prazo que também é política, mas de uma política diversa.

Nessa definição constata-se que a política não pode solucionar tudo, não é correto acreditar numa ação política que pode resolver todos os problemas sociais e acima de tudo atingir o domínio da liberdade, e nesse sentido então absorve-se a clareza das percepções sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE enquanto política pública que será aqui apreciada.

## 1.2 Política pública

Política pública, na perspectiva etimológica, refere-se à participação do povo nos pareceres da cidade, do território. Historicamente essa participação tomou maneiras distintas, tanto no tempo quanto no lugar, e teria acontecido de forma direta ou indireta, mas sempre tendo um agente fundamental no acontecimento da política pública: o Estado. Azevedo (2004, p.5) conceitua que “políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente”.

Abre-se aqui uma breve consideração conceitual de Estado, com a intenção de apresentar sobre qual definição estão ancoradas as abordagens desta pesquisa. Como já dito acima, o Estado é o agente fundamental para a ação política contendo em si a ação.

O Estado é, segundo Afonso (2001, p.17):

[...] organização política que, a partir de um determinado momento histórico, conquista, afirma e mantém a soberania sobre um determinado território, aí exercendo, entre outras, as funções de regulamentação, coerção e controle social. Funções essas também mutáveis e com configurações específicas, e tornando-se, já na transição para a modernidade, gradualmente indispensáveis ao funcionamento, expansão e consolidação do sistema econômico capitalista.

A interpretação de Afonso (2001) sobre o Estado vem na mesma linha de Maquiavel, que o define de forma a qualificá-lo como organismo da política com sustentação sobre um distrito (uma localidade) e que desenvolve o controle sobre as pessoas que o habitam, e esse controle é comprovado em contrato social, através

da delegação de poder legítimo e, no qual os cidadãos passam a fazer parte da organização institucional, para que essa garanta seus direitos fundamentais.

O Estado contratualmente organizado, não é desconexo das relações sócio econômicas, configurando-se como um produto da sociedade e das relações de produção, conforme Engels (2007, p. 132) afirma:

É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Considerando-se, assim, o Estado como sustentáculo de poder para a manutenção da ordem, e apoiando-se na teoria marxista<sup>2</sup> que o concebe como o criador das condições materiais de produção. Determinante dos sistemas e das leis que regem as relações entre os sujeitos na sociedade capitalista, que regula os conflitos sociais gerados pela luta das classes, o Estado torna-se a instituição política responsável pelo encaminhamento de políticas públicas que assegurem os direitos sociais do cidadão.

Entende-se, então, política pública como a ação de governo voltada para o povo, ou seja, é o Estado em ação em prol do bem comum, que pode ser de caráter social ou econômico.

O debate a respeito de políticas públicas adquiriu, nos últimos anos, uma importância muito extensa. Notou-se a ampliação das conjunturas democráticas em todas as partes do mundo e a série de acordos institucionais de governos, que se fizeram necessários para a governabilidade. Entende-se por governabilidade as condições apropriadas para que os governos se conservem regulares. São essas condições apropriadas, enquanto condutas de governos que definem as políticas públicas.

---

<sup>2</sup> Não é o objetivo deste estudo fazer uma análise profunda das relações de produção implícitas no capitalismo, para o estabelecimento das políticas de seguridade de direitos sociais. Mesmo compreendendo a relevância da teoria Marxista para o entendimento dos encaminhamentos de políticas públicas, que acabam representando e acentuando a Luta de Classes, e muitas vezes focam na manutenção dos conflitos e não em seu fim.

Souza (2006) fez um interessante levantamento sobre algumas das principais definições sobre políticas públicas, as quais podem ser apresentadas pelo seguinte quadro:

Quadro 1: Definições de políticas públicas.

<b>Autor</b>	<b>Definições de políticas públicas</b>	<b>Ano da Obra</b>
Mead	Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.	1995
Lynn	Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.	1980
Peters	Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vidas dos cidadãos.	1986
Dye	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.	1984
Laswell	Responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.	1958

Fonte: SOUZA, 2006.

O quadro apresenta várias perspectivas teóricas para definição de políticas públicas, permitindo concluir que, política pública é uma ou várias ações do governo, com finalidade específica, que influencia na vida dos cidadãos. Caracteriza-se como um campo de estudo da política, que responde às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Rua (2009, p.17), nos diz que a vida na sociedade moderna é muito complexa e envolta por muitos conflitos. Sendo assim, a “política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. Por sua vez, políticas públicas são os resultantes da atividade política, “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores” (RUA, 2009, p.17). O autor complementa, afirmando que é necessário distinguir política pública de decisão política.

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora

uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. (RUA, 2009 p.19)

A partir dessa análise, as políticas públicas são as decisões e ações do poder público, que refletem na soberania do Estado sobre os membros da sociedade, nos seus diversos campos de atuação, como saúde, educação, segurança pública, controle econômico entre outros. Mas a relação do Estado não se faz unilateralmente, é necessário que haja um apoio, um suporte para sustentabilidade das ações. Esse suporte, segundo Rua (2009, p.32) pode vir como “por exemplo o pagamento de impostos, o cumprimento das leis, o ato de votar. E quando esse apoio falta, como por exemplo, a sonegação de impostos, o Estado tende a não conseguir cumprir com o seu objetivo”.

Essa relação implícita pelo contrato social que estabelece o Estado como mantenedor e assegurado dos direitos sociais, e em contrapartida se utiliza das relações econômicas para a ação política, acaba por restringir a responsabilidade do Estado, sendo muitas vezes, o implicador das realizações de políticas públicas.

Em síntese, segundo Rua (2009, p.19), as políticas públicas são os resultantes da atividade política, que “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”, ou seja, são as decisões e ações do poder público, que refletem na soberania do Estado sobre os membros da sociedade, indicando que é tudo o que o governo pode fazer e deixar de fazer.

### 1.2.1 Caracterizando Políticas Públicas de Estado e de Governo

As políticas públicas são identificadas conforme sua formulação, implementação, e por vezes conforme sua efetivação social como sendo uma política de Estado ou apenas de Governo. Políticas de Governo possuem um caráter mais emergencial, compõem a agenda de um determinado partido ou governo, normamente respondem aos desafios do momento, e são normatizadas por decretos. Cabe ressaltar que sua efetivação e recepção na sociedade acabam por perpetuar algumas ações políticas por mais de um governo, no entanto, a fragilidade do continuísmo as tornam pouco confiáveis, frágeis, suscetíveis a mudanças e cancelamento.

Políticas de Estado possuem um caráter mais permanente, ou sistêmico, do que escolhas de ocasião, são normatizadas por mais autarquias de poder e acabam em grande parte se consolidando não apenas como uma ação política do governo mas como “Lei de Estado”, garantindo desse modo sua permanência e efetivação.

As políticas públicas assumem ainda características conforme sua efetivação, podendo assumir um caráter afirmativo ou compensatório.

Políticas afirmativas tendem a corrigir as deficiências históricas de desigualdade de direitos e acessos, promovendo e fomentando justiça social. Gomes (2001, p. 40) assim conceitua políticas afirmativas:

(...) um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

As políticas afirmativas trazem para a agenda de discussão caminhos mais abrangentes e efetivos, para a reparação das condições sociais que por qualquer desajuste social, econômico, racial ou de gênero, a sociedade foi privada. Sendo assim, as políticas de mitigação de miséria, saúde e educação, devem partir do pressuposto de uma justiça social, que corresponda ao acesso, permanência e serviços igualitários. Gomes (2001) aponta que as políticas afirmativas devem ser formuladas com base na justiça distributiva, que segundo ele, “diz respeito à necessidade de se promover a redistribuição equânime dos ônus, direitos, vantagens, riqueza e outros importantes “bens” e “benefícios” entre os membros da sociedade”. (GOMES, 2001, p.66).

Já as políticas de cunho compensatório relegam o direito a uma condicionante de reparação histórica, oprimem alguns e favorecem outros, operam na lógica de que privações sociais são inerentes ao sistema capitalista, e portanto devem ser tratadas e não extirpadas. Já políticas afirmativas e justiça distributiva afirmam o direito social, indiferente dos imperativos históricos, compreendendo toda situação de desigualdade social no presente, ou seja, qualquer que seja o motivo do desajuste social a qual o cidadão foi alijado de seu direito e, que corroboram para uma manutenção de injustiça social, deve ser reparado para fins de garantia dos seus direitos de maneira igualitária.

Desse modo, é fundamental que as políticas públicas para educação sejam pensadas superando a concepção de compensação, pois, segundo Saviani (1991, p.43) “educação compensatória significa, pois, o seguinte: a função básica da educação continua sendo interpretada em termos da equalização social”. Essa concepção retira da educação o seu caráter essencialmente educativo e atribui outras demandas sociais, e muitas vezes essa atribuição negligencia as políticas públicas para educação.

### 1.3 Política pública educacional

A política pública educacional é a ação política do Estado aplicada ao caso específico da educação. Nesse sentido, é importante a compreensão de educação que se toma aqui como referência.

No seu sentido mais amplo, educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte. A educação vai se desenvolvendo através de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida. E no sentido técnico, a educação é o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo. Conforme Oliveira (2009, p.3):

[...] educação é algo que vai além do ambiente escolar. Tudo o que se aprende socialmente – na família, na igreja, na escola, no trabalho, na rua, no teatro, etc. –, resultado do ensino, da observação, da repetição, reprodução, inculcação, é educação.

O acesso à educação, ou seja, à educação formal, faz parte do processo de formação dos indivíduos e é um direito fundamental do ser humano que deve ser garantido pelo Estado. A percepção da educação como um direito, deve ser compreendida a partir da análise de Rua (2009), ou seja, como uma conquista. Ela não se constitui direito inato, intrínseco à natureza humana.

### 1.3.1 Educação como um Direito

Para se compreender a educação no Brasil é necessário conhecer a sua trajetória como direito de todos no decorrer da história da formação do Estado brasileiro.

A constituição do Estado brasileiro segue um modelo estrutural formado de cima para baixo. Sua formação enquanto nação foi pensada na antecâmara do poder absolutista português. Não se tratou de uma reivindicação da sociedade brasileira, mas um projeto luso, que antecedeu aos anseios dessa. O processo de independência foi realizado por D. Pedro I para atender aos interesses portugueses de manter o Império Luso-brasileiro, uma vez que ele era o herdeiro do trono de Portugal. Bastava, em circunstâncias posteriores, unir as duas nações sob a sua coroa. Os acontecimentos que sucederam a independência brasileira acabaram por revelar esse caráter de interesse português, e a elite brasileira então se apoderou do projeto de constituir o Brasil como uma nação, afastando D. Pedro I, e junto com ele o sonho do Império Luso-brasileiro.

[...] A nação brasileira foi construída a partir do Estado e não a partir das massas populares. Ora, isso provoca consequências extremamente perversas, como, por exemplo, o fato de que tivemos, desde o início de nossa formação histórica, uma classe dominante que nada tinha a ver com o povo, que não era a expressão de movimentos populares, mas que foi imposta ao povo de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro e, portanto, não possuía uma efetiva identificação com as questões populares. (COUTINHO, 2008, p.111).

Essa estruturação da nação brasileira teve na elite que buscava manter seus interesses, o seu alicerce, distanciando por completo os demais elementos da sociedade, que se quer tinham noção de que agora não éramos mais colônia, e sim um país. Foi nessa circunstância que se deu a formação do Brasil, a população à margem do processo, não sabendo o que ocorria, tampouco o que deveria pleitear. Qualquer direito de caráter emancipatório, como educação, por exemplo, constitui-se anseio sequer cogitado.

O direito civil no Brasil, por diversos momentos históricos, foi retirado e reintegrado à população, conforme a necessidade daqueles que promoviam a política pública no país. Isso descaracteriza ainda mais o ideal de universalização, já que não há um processo contínuo e permanente do direito. Foi nessas circunstâncias que se estruturou a educação no Brasil.

Segundo Bobbio (1992, p. 79-80),

A existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por "existência" deve entender-se tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação.

A educação não foi, no decorrer da historiografia brasileira, um direito. A demanda da educação partia dos anseios da elite em atender a uma necessidade mercadológica, e não um entendimento que essa é um direito de todos. Então, na medida em que o Brasil emerge na sociedade moderna é que se pensará em uma educação para todos.

Não existe atualmente nenhuma carta de direitos que não reconheça o direito à instrução — crescente, de resto, de sociedade para sociedade — primeiro, elementar, depois secundária, e pouco a pouco, até mesmo, universitária. Não me consta que, nas mais conhecidas descrições do estado de natureza, esse direito fosse mencionado. A verdade é que esse direito não fora posto no estado de natureza porque não emergira na sociedade da época em que nasceram as doutrinas jusnaturalistas, quando as exigências fundamentais que partiam daquelas sociedades para chegarem aos poderosos da Terra eram principalmente exigências de liberdade em face das Igrejas e dos Estados, e não ainda de outros bens, como o da instrução, que somente uma sociedade mais evoluída econômica e socialmente poderia expressar (BOBBIO, 1992, p. 75).

A Constituição Federal de 1988 redefiniu o papel do Estado na estruturação de Políticas Públicas Educacionais, uma vez que em seu artigo 205 assegura que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O artigo dispõe sobre as responsabilidades do Estado para a educação no país. Nesse momento, dá-se início às reformas da Educação para a expansão dos direitos e garantias de uma educação gratuita e de boa qualidade.

A educação brasileira mesmo já estabelecida constitucionalmente como um direito, ainda se esbarra na formulação de políticas públicas para efetivar, não apenas o direito, mas a qualidade. Ao se afirmar, portanto, que educação é direito fundamental, passa a requerer medidas para sua implementação são necessárias políticas públicas educacionais para garanti-las.

O Estado, sobretudo a máquina governamental, é o responsável pela definição de políticas, tendo então um papel fundamental no reconhecimento dessa instituição nas análises de política. O cenário que se fundamenta uma política é

importante para sua análise, principalmente quando se reconhecem as estruturas políticas, econômicas e sociais que constitui o contexto de sua elaboração.

No caso específico desta pesquisa, conhecer a relação do Estado com a educação é fundamental para estabelecer a base epistemológica da formulação das políticas públicas educacionais no país.

#### 1.4 A análise de política

A condição de área do conhecimento e disciplina acadêmica de análise de políticas públicas começou nos Estados Unidos após a segunda metade do século XX, sob o título de “*policyscience*”. No entanto, a ciência política estava centrada apenas nas ações do governo. Conforme Souza (2006, p.22),

[...] os estudos americanos aplicados a esta área foram focalizados literalmente nas ações dos governos, não havendo preocupações em estabelecer relações com as bases teóricas referentes ao papel do Estado e suas instituições. Os cientistas políticos priorizavam o processo de elaboração das políticas.

Com o passar dos anos a ciência política passa a adquirir novos contornos, havendo também a preocupação em compreender o processo de elaboração das políticas públicas considerando os elementos sociais que o compõe.

Ham e Hill<sup>3</sup> (1993 apud Gapi, 2002, p.4) ressaltam que “recentemente a política pública tornou-se um objeto importante para os cientistas políticos. O que distingue a Análise de Política do que se produz em ciência política é a preocupação com o que o governo faz”. Desse modo, a análise de política pode ser entendida como a epistemologia do governo em ação, e vários autores corroboram para essa definição incluindo novos delineamentos.

Segundo Bardach<sup>4</sup> (1998 apud Gapi, 2002, p.4), a análise de políticas pode ser considerada como um conjunto de conhecimentos proporcionado por diversas disciplinas das ciências humanas utilizados para buscar resolver ou analisar problemas concretos em política (policy) pública. Para Wildavsky<sup>5</sup> (1979 apud Gapi,

<sup>3</sup>HAM, Christopher; HILL Michael. The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993 (p. 4-5).

<sup>4</sup> BARDACH, Eugene. Los Ocho Pasos para El Análisis de Políticas Públicas. México: Centro de Documentación y Docencia Económicas, 1998.

<sup>5</sup> WILDAVSKY, A. Speaking truth to power: the art and craft of policy analysis. Boston, 1979 (p.15).

2002, p.4), a Análise de Política recorre a contribuições de uma série de disciplinas diferentes, a fim de interpretar as causas e consequências da ação do governo, em particular, ao voltar sua atenção ao processo de formulação de política. Ele considera, ademais, que Análise de Política é uma sub-área aplicada, cujo conteúdo não pode ser determinado por fronteiras disciplinares, mas sim por uma abordagem que pareça apropriada às circunstâncias do tempo e à natureza do problema.

Conforme Dye<sup>6</sup> (1976 apud Gapi, 2002, p.4), fazer “Análise de Política é descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isto faz”. Para ele, Análise de Política é a descrição e explicação das causas e consequências da ação do governo.

No entanto, o objetivo da Análise de Política não se resume apenas aos estudos e decisões dos analistas, pois a política pública pode condicionar todos os afetados por dificuldades dos meios públicos (policy) e políticos (politics), já que os meios e resultados de políticas sempre compreendem vários grupos sociais e porque as políticas públicas se baseiam em objeto específico e qualificado de disputa entre os distintos agrupamentos políticos com algum grau de interesse pelas questões que têm no aparelho de Estado um local privilegiado de expressão.

A Análise de Política abrange um grande número de atividades, geralmente envolvidas com a análise das causas e consequências da ação governamental. Com isso, pode-se definir que Análise de Política tem como objeto os problemas com que se defrontam os fazedores de política (*policymakers*) e como objetivo auxiliar o seu equacionamento através do emprego de criatividade, imaginação e habilidade.

### 1.5 Modelos de referenciais de análise de políticas públicas

Referenciais de Análise de Políticas têm por objetivo ajudar a compreender a formação e estruturação do processo de política, sendo uma referência para se estudar as políticas. Souza (2006) apresenta, dentre tantos, oito modelos de formulação e análise de políticas públicas, como podem ser vistos no quadro a seguir.

---

<sup>6</sup>DYE, T.R. The policy analysis. Alabama: The University of Alabama Press, 1976 (p. 1).

Quadro 2 - Modelos de formulação e Análise de Políticas Públicas.

Modelos	Modelos e Análise de Políticas Públicas
<b>Modelo I</b>	<p>“Theodor Lowi (1964; 1972) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. Com essa máxima Lowi quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente”.</p>
<b>Modelo II</b>	<p>“A visão da política pública como um processo incremental foi desenvolvida por Lindblom (1979), Caiden e Wildavsky (1980) e Wildavsky (1992). Baseados em pesquisas empíricas, os autores argumentaram que os recursos governamentais para um programa, órgão ou uma dada política pública não partem do zero e sim, de decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou mudanças substantivas nos programas públicos. Assim, as decisões dos governos seriam apenas incrementais e pouco substantivas. A visão incrementalista da política pública perdeu parte do seu poder explicativo com as profundas reformas ocorridas em vários países, provocadas pelo ajuste fiscal”.</p>
<b>Modelo III</b>	<p>“Esta tipologia vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Esta abordagem enfatiza sobretudo a definição de agenda (<i>agendasetting</i>) e pergunta por que algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas. Algumas vertentes do ciclo da política pública focalizam mais os participantes do processo decisório, e outras, o processo de formulação da política pública”.</p>
<b>Modelo IV</b>	<p>“O modelo <i>garbagecan</i> ou “lata de lixo” foi desenvolvido por Cohen, March e Olsen (1972), argumentando que escolhas de políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem em uma “lata de lixo”. Ou seja, existem vários problemas e poucas soluções. As soluções não seriam detidamente analisadas e dependeriam do leque de soluções que os decisores (<i>polymakers</i>) têm no momento. Segundo este modelo, as organizações são formas anárquicas que compõem um conjunto de ideias com pouca consistência. As organizações constroem as preferências para a solução dos problemas - ação - e não, as preferências constroem a ação. A compreensão do problema e das soluções é limitada, e as organizações operam em um sistema de tentativa e erro. Em síntese, o modelo advoga que soluções procuram por problemas”.</p>
<b>Modelo V</b>	<p>“O modelo da coalizão de defesa (<i>advocacycoalition</i>), de Sabatier e Jenkins-Smith (1993), discorda da visão da política pública trazida pelo ciclo da política e pelo <i>garbagecan</i> por sua escassa capacidade explicativa sobre por que mudanças ocorrem nas políticas públicas. Segundo estes autores, a política pública deveria ser concebida como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que se articulam com os acontecimentos externos, os quais dão os parâmetros para os</p>

	<p>constrangimentos e os recursos de cada política pública. Contrariando o modelo do <i>garbagecan</i>, Sabatier e Jenkins-Smith defendem que crenças, valores e ideias são importantes dimensões do processo de formulação de políticas públicas, em geral ignorados pelos modelos anteriores”.</p>
<b>Modelo VI</b>	<p>“O modelo de arenas sociais vê a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas. Isto porque, para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito. É quando os <i>policymakers</i> do governo passam a prestar atenção em algumas questões e a ignorar outras. Existiriam três principais mecanismos para chamar a atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas: (a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; (b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; e (c) <i>feedback</i>, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres. Esses empreendedores constituem a <i>policycommunity</i>, comunidade de especialistas, pessoas que estão dispostas a investir recursos variados esperando um retorno futuro, dado por uma política pública que favoreça suas demandas. Eles são cruciais para a sobrevivência e o sucesso de uma ideia e para colocar o problema na agenda pública”.</p>
<b>Modelo VII</b>	<p>“O modelo do “equilíbrio interrompido” (<i>punctuatedequilibrium</i>) foi elaborado por Baumgartner e Jones (1993), baseado em noções de biologia e computação. Da biologia veio a noção de “equilíbrio interrompido”, isto é, a política pública se caracteriza por longos períodos de estabilidade, interrompidos por períodos de instabilidade que geram mudanças nas políticas anteriores. Da computação e dos trabalhos de Simon, vem a noção de que os seres humanos têm capacidade limitada de processar informação, daí por que as questões se processam paralelamente e não, de forma serial, ou seja, uma de cada vez. Os subsistemas de uma política pública permitem ao sistema político-decisório processar as questões de forma paralela, ou seja, fazendo mudanças a partir da experiência de implementação e de avaliação, e somente em períodos de instabilidade ocorre uma mudança serial mais profunda. Este modelo, segundo os autores, permite entender por que um sistema político pode agir tanto de forma incremental, isto é, mantendo o <i>status quo</i>, como passar por fases de mudanças mais radicais nas políticas públicas”.</p>
<b>Modelo VIII</b>	<p>“Modelos influenciados pelo “novo gerencialismo público” e pelo ajuste fiscal: A partir da influência do que se convencionou chamar de “novo gerencialismo público” e da política fiscal restritiva de gasto, adotada por vários governos, novos formatos foram introduzidos nas políticas públicas, todos voltados para a busca de eficiência. Assim, a eficiência passou a ser vista como o principal objetivo de qualquer política pública, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política. Estes novos formatos, que guiam hoje o desenho das políticas públicas mais recentes, ainda são pouco incorporados nas pesquisas empíricas”.</p> <p>“Concorrendo com a influência do “novo gerencialismo público” nas políticas públicas, existe uma tentativa, em vários países do mundo em desenvolvimento, de implementar políticas públicas de caráter participativo. Impulsionadas, por um lado, pelas propostas dos organismos multilaterais e, por outro, por mandamentos constitucionais e pelos compromissos assumidos por alguns partidos políticos, várias experiências foram implementadas visando à inserção de grupos sociais e/ou de interesses na formulação e acompanhamento de políticas públicas, principalmente nas políticas sociais. No Brasil, são exemplos dessa tentativa os diversos conselhos comunitários voltados para as políticas sociais, assim como o Orçamento Participativo. Fóruns decisórios como conselhos comunitários e Orçamento Participativo seriam os equivalentes políticos da eficiência”.</p>

Além dos modelos citados por Souza (2006), o sociólogo inglês Stephen Ball e autores associados a ele desenvolveram um referencial para a análise do percurso das políticas sociais e educacionais intitulado como “abordagem do ciclo de políticas” para análise de políticas educacionais.

No início, Ball e Bowe (1992) tentaram evidenciar o processo político, incluindo a noção de um ciclo contínuo formado por três aspectos ou arenas políticas: a política proposta, a política de fato e a política em uso.

Posteriormente, Ball e Bowe romperam com essa formulação inicial, pois a linguagem utilizada manifestava uma certa inflexibilidade, e essa característica fez com que eles não utilizassem essa concepção para delinear o ciclo de políticas. Para eles, há uma diversidade de objetivos e polêmicas que controlam o processo político e aqueles três aspectos ou arenas apresentavam-se como conceitos restritos, divergindo do modelo pelo qual eles queriam evidenciar o processo político.

Ball e Bowe<sup>7</sup> (1992 apud Mainardes, 2006) apresentaram uma versão mais refinada do ciclo de políticas, descrevendo um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um deles apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates.

Ball<sup>8</sup> (1994 apud Mainardes, 2006) ainda expandiu o ciclo de políticas acrescentando outros dois contextos ao referencial original: o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política. O quarto contexto do ciclo de políticas – o contexto dos resultados ou efeitos, preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. A ideia de que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, é considerada mais apropriada. Nessa conjuntura, as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e interações com desigualdades existentes.

No ciclo de políticas relatado previamente, Mainardes (2006, p. 55) conclui que “a simplicidade e a linearidade de outros modelos de análise de políticas são substituídas pela complexidade do ciclo de políticas”. Com isso, ele mostra que “a

---

<sup>7</sup> BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

<sup>8</sup> BALL, S.J. *Educational reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994a.

abordagem do ciclo de políticas traz várias contribuições para a análise de políticas, uma vez que o processo político é entendido como multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro”.

Por fim, Mainardes (2006, p. 58) afirma que

A abordagem do ciclo de políticas oferece instrumentos para uma análise crítica da trajetória de políticas e programas educacionais. Uma das vantagens dessa abordagem é a sua flexibilidade, uma vez que é apresentada como uma proposta de natureza aberta e como um instrumento heurístico.

Como contribuições da abordagem do ciclo de políticas, Mainardes (2006, p. 58-60) cita algumas que estão listadas a seguir.

- a) Oferece uma estrutura conceitual para a análise da trajetória de políticas, subsidiando a análise das influências no processo de formulação, as interpretações e complexidades do processo de implementação, os resultados e impactos das políticas e ainda das estratégias de intervenção necessárias para se enfrentar as desigualdades criadas ou reproduzidas pelas políticas. Rompe-se dessa forma, com os modelos lineares de análise de políticas (agenda, formulação, implementação, avaliação, reformulação).
- b) Fornece elementos para a análise de textos de políticas (materiais impressos, textos oficiais, vídeos, folhetos) em uma perspectiva crítica (não superficial), a partir de contribuições de Foucault, Roland Barthes, John Codd.
- c) Estimula a análise do sistema social e do contexto mais amplo, principalmente na análise do contexto de influência e no contexto de estratégia política (que pressupõe um retorno ao macro contexto).
- d) Estimula o pesquisador a assumir compromissos éticos com os temas investigados, seja por meio do desvelamento (explicitação) do impacto das políticas sobre grupos específicos (classes sociais, gênero, raça, habilidades etc.) ou por meio da apresentação de recomendações ou propostas de intervenção para enfrentar as

desigualdades criadas ou reproduzidas pela política. Essa contribuição está relacionada com (I) as discussões sobre 'reflexividade ética' e importância de se fazer uma 'auditoria ética' do impacto e resultado das políticas e (II) os princípios e finalidades da pesquisa qualitativa crítica (etnografia crítica).

Através dos referenciais expostos por Souza (2006) e Mainardes (2006) pode-se verificar uma grande colaboração para que sejam realizadas as análises de trajetórias de políticas e programas educacionais brasileiros, e na contribuição da captura de parte da complexidade do processo de formulação e implementação de políticas.

Interpretar e analisar as políticas educacionais não é tão simples, é necessário primeiramente conhecer e entender as políticas a serem analisadas, em seguida definir as orientações teórico-metodológicas para conduzirem as análises de modo que contribuam para o estudo e aprofundamento da política em análise, que no caso deste estudo, é o Plano de Desenvolvimento da Educação.

## 2 Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE

O Plano de Desenvolvimento da Educação, que tenho a alegria de lançar neste momento, traz em seu arcabouço poderosos instrumentos de aperfeiçoamento de gestão, financiamento, conteúdo, método, participação federativa e participação cidadã, capazes de promover profundas mudanças na nossa educação pública. Eu o anuncio como o Plano mais abrangente já concebido neste País para melhorar a qualidade do sistema público e para promover a abertura de oportunidades iguais em educação. Eu vejo nele o início do novo século da educação no Brasil. Um século capaz de assegurar a primazia do talento sobre a origem social e a prevalência do mérito sobre a riqueza familiar. O século de uma elite da competência e do saber, e não apenas de uma elite do berço ou do sobrenome (SILVA, 2007, p.02)<sup>9</sup>.

O *Plano de Desenvolvimento da Educação*<sup>10</sup> tem sua origem no processo de reestruturação do Estado brasileiro, sendo fortemente orientado pela lógica neoliberal, a qual engendrou uma nova forma de organização e gestão da administração pública, sendo destacada a lógica gerencial. Ainda que o presente plano tenha sido ampliado em um momento histórico de afastamento das diretrizes neoliberais<sup>11</sup>, o que é possível observar, pois o plano apresenta questões que representam lutas históricas no campo da educação, ele não rompe totalmente com a lógica de uma política fundada na perspectiva de um Estado neoliberal.

A gestão de políticas públicas, sobretudo as políticas destinadas à educação, segue ainda a lógica da performatividade, que de acordo com Ball (2004) possui um

<sup>9</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura dos atos normativos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Palácio do Planalto, 24 de abril de 2007.

<sup>10</sup> O Plano de Desenvolvimento da Educação teve sua origem no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, sendo sua principal ação o Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA, “cujo objetivo era incentivar a adoção de um modelo de gestão na escola fundamental pública, visando promover um conjunto de ações para a autonomia e melhoria da qualidade do ensino fundamental e garantir a permanência das crianças nas escolas públicas”. Era composto de diferentes projetos voltados não apenas para planejamento, mas também para aquisição de mobiliário, adequação de prédios escolares e formação de professores. Esse fundo fazia parte do acordo financeiro entre o Banco Mundial e o Brasil e era focal, isto é, sua abrangência era restrita às regiões mais pobres do país: o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Posteriormente essas ações do FUNDESCOLA foram incorporadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação, o qual foi ampliado para atuação no cenário nacional.

<sup>11</sup> A partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva de orientação centro-esquerda o plano foi revisto e ampliado, passando a ter abrangência em várias áreas educativas, conforme será discutido ao longo do capítulo.

papel fundamental nesse conjunto de políticas. Assim, conforme esse autor, a performatividade facilita o monitoramento do Estado, que passa a governar a distância. Ela traz em si os conceitos de “resultado”, “níveis de desempenho”, “formas de qualidade”. É a partir desses conceitos de resultado, desempenho e qualidade que o Plano de Desenvolvimento da Educação foi construído, de modo que o modelo gerencialista é ainda o *modus operandi* da educação provida pelo Estado.

Ainda acerca da elaboração da política pública Plano de Desenvolvimento da Educação, ressalta-se o planejamento estratégico, visto que estão implícitos seus fundamentos em boa parte das diretrizes e metas estabelecidas, sempre com o enfoque da necessidade e urgência da melhoria da educação. Conforme abordam Menegolla e Sant'Anna (2005, p.19) em seu livro “Porque Planejar? Como Planejar?”

O ato de planejar sempre parte das necessidades e urgência que surgem a partir de uma sondagem sobre realidade. Esta sondagem da realidade é a primeira etapa do processo de planejamento. É através do conhecimento da realidade que se pode estabelecer, com mais precisão, quais as mais importantes urgências e necessidades que devem ser enfocadas, analisadas, estudadas durante o ato de planejar. Necessidades são necessidades, e por isso devem ser enfrentadas com sabedoria e urgência, isto é, de forma objetiva e realista para estabelecer as mais urgentes a serem atacadas.

Desse modo, importante lembrar que o lançamento regular de planos nacionais para área da educação foi recorrente, de modo especial, na década de 1990. Esses planos, entre eles o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foram divulgados amplamente, sendo seus documentos disponibilizados de modo que todos possam acessá-los facilmente. Essa estratégia de divulgação acaba por legitimar os discursos oficiais e tornam os planos e estratégias governamentais comuns e ratificam um modo de pensar e defender a educação.

O exemplo máximo dessa estratégia pode ser observado no período de reforma da educação no qual, conforme destacam Shiroma, Campos e Garcia (2005, p.2), a proliferação de documentos referentes à reforma educacional implementada colaborou para a construção de uma “hegemonia discursiva”. Desse modo, a disseminação massiva de documentos oficiais foi considerada

[...] uma “mina de ouro” por pesquisadores, estes documentos são relevantes tanto porque fornecem pistas sobre como as instituições explicam a realidade e buscam legitimar suas atividades, quanto pelos mecanismos utilizados para sua publicização, uma vez que muitos dos

documentos oficiais, nacionais e internacionais são, hoje, facilmente obtidos via internet.

Em razão da ênfase central das reformas educacionais recentes não serem mais a expansão da escolarização, mas sim a qualidade, compreendida como a oferta efetiva e competente do ensino, observa-se que “o discurso da educação como fator estratégico de desenvolvimento social e econômico é atualmente recontextualizado” (VOSS, 2011, p. 45), orientando a sociedade a garantir condições de alcançar habilidades e informações que oportunizem disputar no mercado de trabalho.

Essas reformas foram firmadas num contexto de profundos enfrentamentos políticos, em que várias áreas sociais, como intelectuais, sindicatos, associações docentes e discentes, e diversos movimentos sociais, competem para conquistar direitos sociais mais amplos e democráticos.

Assim, nas últimas décadas no século XX, o Estado fortaleceu seu papel como produtor e regulador de políticas públicas principalmente na área da educação e ainda ocorreu um aumento na responsabilidade dos estados e municípios para com os resultados, estabelecendo uma relação de cooperação mútua.

Acompanhando esse cenário, foi apresentado no ano de 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, com a finalidade de tornar-se instrumento de prestação de contas da qualidade de ensino. Criado para abrigar uma série de ações já existentes e outras novas, gestadas e executadas pelo próprio Ministério da Educação (MEC), o PDE é considerado um “grande guarda-chuva” sendo anunciado como o "PAC"<sup>12</sup> da educação. Constitui-se, pois, de um conjunto de programas e medidas reunidas, transformadas em um “Plano”, que assume “inclusive na denominação, a agenda do 'Compromisso Todos pela Educação” (SAVIANI, 2007, p. 1243).

O Plano foi exposto preliminarmente como um plano executivo, para o cumprimento de metas a ser evoluído de forma vinculada com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC); conforme estabelecido pelo presidente Lula, “o PAC e o PDE são anéis de uma mesma corrente para a construção de um novo Brasil” (SILVA, 24/04/2007). O Plano em seu lançamento organizava-se no conjunto

---

<sup>12</sup>Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Fonte: Ministério do Planejamento. PAC.

de programas que se estendem da educação básica – compreendendo suas etapas e modalidades – à educação superior.

Voss (2001, p.47) define que o PDE,

Constitui-se num conjunto complexo de programas e ações governamentais que institui diversas reformas, abrangendo todos os níveis e modalidades do sistema educacional brasileiro: a Educação Básica, a Educação Superior, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação Profissional, a Educação Especial, a Educação Indígena e Quilombola.

Essas reformas implementam várias modificações nas políticas públicas da educação, tanto na educação básica como na educação de ensino superior. Como exemplo, podem-se citar as mudanças nas formas de financiamento da Educação, que alteram certas regras de distribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e do Salário-Educação, inserem novas estratégias de ingresso e expansão da Educação Superior, com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), entre outras.

Anunciado como "mais um passo em direção à construção de uma resposta institucional [...]" (BRASIL, 2007a, p.5), o PDE confere ao governo federal o ofício de regulador das desigualdades regionais e municipais por meio de suporte técnico e/ou financeiro para introdução e execução dos programas e medidas planejadas e da elaboração de instrumentos de avaliação evidenciados numa política geral e ampla. Possui como objetivo declarado promover a melhoria da qualidade da educação básica brasileira, e é viabilizado, assim, pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação<sup>13</sup>, que prevê a organização de convênios entre os municípios e a União, por meio da elaboração local do Plano de Ações Articuladas (PAR)<sup>14</sup>.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo decreto federal n. 6.094/2007 para ser implementado pela União, exerce a reunião de esforços da União, estados, Distrito Federal e municípios, em regime de cooperação, das famílias e da comunidade, em benefício de uma melhor qualidade

---

<sup>13</sup>Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. (INEP)

<sup>14</sup>O PAR é o planejamento multidimensional da política de educação que os municípios, os estados e o DF devem fazer para um período de quatro anos. O PAR é coordenado pela secretaria municipal/estadual de educação, mas deve ser elaborado com a participação de gestores, de professores e da comunidade local. (FNDE)

da educação básica. Por meio dele, os sistemas municipais e estaduais que aliarem-se ao Compromisso deverão seguir 28 diretrizes ajustadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento escolar.

Com a adesão, o ente federativo tem dois compromissos iniciais: aplicação de um instrumento com vistas ao diagnóstico da situação educacional na rede municipal e a elaboração do PAR. Até final de julho de 2008, o MEC conseguiu que “100% dos municípios brasileiros (5.563) e todos os 26 estados e Distrito Federal aderissem ao compromisso de metas de melhoria da qualidade” (BRASIL, 2008, p. 15).

Nardi, Schneider e Durli (2010, p. 553), completam que

Através do convênio, os municípios se comprometem com as metas do PDE e implementações de programas e ações no campo educacional e, em contrapartida, podem contar com duas benesses: transferências de recursos e assessoria técnica da União.

O Plano tem como fundamentos o piso salarial nacional dos profissionais do magistério e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB<sup>15</sup>) e como objetivo de médio e longo prazo, pode-se citar a busca de melhores indicadores da educação nacional, que hoje são pouco animadores.

Na mesma data do lançamento do PDE foram lançados pelo governo federal quatro decretos que normatizam o Plano. São eles: Decreto nº 6.093 que dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, com o objetivo de universalizar a alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais; Decreto nº 6.094 já mencionado, que dispõe sobre a implementação por Municípios, Distrito Federal e Estados, as diretrizes para realização do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE e estabelece o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como indicador para a verificação da qualidade da educação básica, e o Plano de Ações Articuladas; Decreto nº 6.095 que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de instituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET e

---

<sup>15</sup> O IDEB é o indicador criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como parte do PDE. Ele é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e na Avaliação de Rendimento Escolar - Prova Brasil.

Decreto nº 6.096 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Com relação aos dispositivos legais que orientam o PDE, há ainda a regulamentação do art. 60, inciso III, alínea e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; a alteração da Lei nº 10.260 Fundo de Financiamento Estudantil, de 12 de julho de 2001, que amplia o prazo de quitação das dívidas, as novas normas para o estágio de estudantes, e também um conjunto de Portarias e resoluções, que estabelecem critérios e processos para sua operacionalização.

O indicador básico de medição da qualidade da Educação Básica passa a ser o IDEB e é usado como elemento legitimador das reformas em curso. Utilizando-se do discurso para se elevar a qualidade da educação, através da melhora dos resultados do IDEB, é que são propostos os novos planos para a gestão da Educação Básica, como o Compromisso Todos pela Educação e o Plano de Ações Articuladas (PAR), e são esses que reivindicam a mobilização e responsabilização de diferentes setores sociais para sua efetivação.

Segundo avalia Saviani (2007, p. 1231), a apresentação do PDE no site do MEC não segue qualquer critério de agrupamento, característica que se preserva até então. Pode-se perceber que o conjunto de ações cobre as diversas áreas de atuação do Ministério da Educação e para o próprio Ministério, trata-se de um processo integrador de ações já em evolução com outras propostas pelos chamados pilares da estrutura do PDE que são: *Visão Sistêmica da Educação, Territorialidade, Desenvolvimento, Regime de Colaboração, Responsabilização e Mobilização Social*. (BRASIL, 2007, p.18).

De acordo com o livro intitulado: “O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas” que é o documento principal do PDE, marcado pelo protagonismo do MEC na formulação do PDE, apresentado como um plano executivo, esses pilares são desdobramentos consequentes de princípios e objetivos constitucionais, com a finalidade de expressar o enlace necessário entre educação, território e desenvolvimento, de um lado, e o enlace entre qualidade, equidade e potencialidade, de outro. De uma perspectiva sistêmica, o PDE busca dar sequência, em regime de colaboração, às normas gerais da educação na articulação com o desenvolvimento socioeconômico que se realiza no território, ordenado

segundo a lógica do arranjo educativo – local, regional ou nacional. (BRASIL; MEC; PDE, 2007, p. 11-12).

De maneira resumida, para cada um dos pilares é apresentada uma justificativa, de forma a explicar cada pilar.

Sob o argumento de que é necessário agir no sentido da “integração dos níveis, etapas e modalidades de ensino” o PDE é colocado assim, sob uma perspectiva sistêmica (sendo considerado o pilar número 1). Apoiar-se nessa perspectiva é uma investida para ultrapassar “uma visão fragmentada sobre a educação”, agente pelo despontamento de incorretas oposições, podendo citar-se como exemplo a que existe entre a educação básica e o ensino superior, afirmando que “diante da falta de recursos, caberia ao gestor público optar pela primeira”. (BRASIL; MEC; PDE, 2008, p.7)

Outros exemplos de incorretas oposições que são indicadas como devendo ser superadas no documento são:

Atenção exclusiva ao ensino fundamental em detrimento das demais etapas da educação básica; priorização do ensino médio em contraposição à desvalorização da educação profissional; alfabetização dissociada da educação de jovens e adultos e a oposição entre a educação regular e a educação especial (ESTRADA e SPECK, 2012, p.26).

Essa superação seria possível via “*uma visão sistêmica da educação*”, verificando-se que “processo de socialização e individuação voltado para a autonomia, não pode ser artificialmente segmentada, de acordo com a conveniência administrativa ou fiscal” (BRASIL; MEC; PDE, 2008, p.9).

O segundo pilar do PDE, a *Territorialidade*, em regras gerais, apoia-se no esforço de resguardar as comunidades em suas peculiaridades e em seus acertos étnicos-educativos, visto que

O enlace entre educação e ordenação territorial é essencial na medida em que é no território que as clivagens culturais e sociais, dadas pela geografia e pela história, se estabelecem e se reproduzem”, e “a razão de ser do PDE está precisamente na necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais (BRASIL; MEC; PDE, 2008, p.6).

O terceiro pilar, *Desenvolvimento*, tem como meta relacionar a educação de qualidade por meio do estabelecimento de protótipos mínimos de aproveitamento e

o suporte técnico e financeiro para o aperfeiçoamento sócio econômico do país. Busca justificar a relação entre educação e desenvolvimento, mostrando que,

A relação recíproca entre educação e desenvolvimento só se fixa quando as ações do Estado são alinhadas e os nexos entre elas são fortalecidos, potencializando seus efeitos mútuos” e “é essencial na medida em que é por meio dele que se visualizam e se constituem as interfaces entre a educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado. (BRASIL; MEC; PDE, 2008, p.6-7).

O pilar de número quatro, *Regime de Colaboração*, tem como fundamento compartilhar competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação, e ainda, consertar a atuação dos entes federados sem lhes ferir a autonomia.

Nos pilares cinco e seis, *Responsabilização e Mobilização Social*, são mencionados respectivamente transparência e participação da sociedade. Analise o texto constitucional para fundamentar e sustentar o apelo à participação, realizado pelo plano de desenvolvimento da educação, pois

Se a educação é definida, constitucionalmente, como direito de todos e dever do Estado e da família, exige-se considerar necessariamente a responsabilização, sobretudo da classe política, e a mobilização da sociedade como dimensões indispensáveis de um plano de desenvolvimento da educação (BRASIL; MEC; PDE, 2008, p.11).

Ainda se destaca que,

A sociedade somente se mobilizará em defesa da educação se a incorporar como valor social, o que exige transparência no tratamento das questões educacionais e no debate em torno das políticas de desenvolvimento da educação. Desse modo, a sociedade poderá acompanhar sua execução, propor ajustes e fiscalizar o cumprimento dos deveres do Estado (BRASIL; MEC; PDE, 2008, p.11).

Conforme o documento do Plano de Desenvolvimento da Educação são estes seis pilares que dão sustentação a ele e que fazem avançar “todos os níveis e modalidades educacionais”(BRASIL; MEC; PDE, 2008, p.7).

Por ser um “plano executivo”, ele se apresenta com ações bem definidas. Na segunda parte do documento, o programa mostra a incidência sobre as quatro grandes áreas do sistema educacional: a educação básica, a educação superior, a educação profissional-tecnológica e a alfabetização.

Para a educação básica citam-se quatro aplicações que são: formação de professores e piso salarial nacional, o financiamento (salário-educação e FUNDEB), a avaliação e responsabilização (IDEB) e o Plano de Metas (planejamento e gestão educacional).

Para a educação superior são anunciados cinco objetivos: a expansão do oferecimento de vagas, a garantia da qualidade, a promoção de inclusão social pela educação, a ordenação territorial para tornar o ensino acessível incluindo-se aqui as regiões mais remotas do país, e o desenvolvimento econômico e social, sendo que para alcançar esses objetivos são expostos três projetos: reestruturação e expansão das universidades federais: REUNI e PNAES, a democratização do acesso: PROUNI e FIES, e avaliação como base da regulação: SINAES.

Na educação profissional-tecnológica, depara-se com a educação profissionalizante e educação científica (IFET), a normatização (legislação) e o EJA profissionalizante.

A alfabetização é indicada como preocupação no PDE com a população analfabeta ou de baixa escolaridade e com as comunidades indígenas, quilombolas e de assentamentos.

Para um conhecimento amplo do que sejam essas ações, segue uma abordagem conceitual<sup>16</sup>.

## 2.1 Ações do PDE

### 2.1.1 Educação Básica

- a) *FUNDEB* - é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, ele foi criado em substituição ao FUNDEF<sup>17</sup> que atendia apenas um nível da educação

<sup>16</sup>Os conceitos e as descrições que serão apresentadas encontram-se disponíveis nos sites do Ministério da Educação - MEC, Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, pelo aspecto meramente esclarecedor e informativo não serão feitas as referências específicas por ação, para maiores detalhes recomenda-se a consulta direta aos referidos sítios eletrônicos.

<sup>17</sup>Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério- **FUNDEF**, criado para redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental. Ele subvinculou uma parcela dos recursos constitucionais para a educação ao financiamento desse nível específico de ensino.

básica, o ensino fundamental. Abrangendo todos os níveis, ele se compõe basicamente de recursos captados dos impostos dos Estados e Distrito Federal, mas conta também com aporte do governo federal para complementar o valor mínimo por aluno.

*b) Transporte Escolar* – é uma ação que se desdobra em dois programas:

- I) Caminho da Escola; que prevê linha de crédito para aquisição de ônibus, mini ônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.
- II) Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE; que atende aos alunos residentes em área rural que necessitem de transporte escolar, suplementado financeiramente os estados, municípios e distrito federal, para manutenção de toda ordem relacionada ao transporte, tais como: reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo, bem como para pagamento de serviços terceirizados de transporte escolar.

*c) IDEB* - é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Sua ação consiste em medir a qualidade da educação do país e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O IDEB é calculado para as escolas e os municípios a partir das médias do desempenho dos estudantes na **Avaliação Nacional do Rendimento Escolar** - Prova Brasil, que avalia censitariamente os alunos do 5º ano e do 9º ano, e dos índices da

aprovação e evasão escolar obtido nos Censo Escolar. Já para os estados e país se utilizam as médias de desempenho do SAEB<sup>18</sup>;

d) *Luz para Todos* – é o programa que em parceria com o Ministério de Minas e Energias, garante luz e energia elétrica às escolas;

e) *Piso do Magistério* – é a ação já regulamentada em lei que estabelece um valor mínimo que um profissional do magistério possa receber por 40 horas semanais, entendendo por profissional todos que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional, conforme específica a lei (Lei n° 11.738, art.2° - §2°);

f) *Formação* – essa ação se desdobra em várias ações/programas que se caracterizam por fomentar a formação continuada do professor em exercício. Conta ainda com o e-Proinfo, um ambiente virtual colaborativo que desenvolve diversas ações como complementação de cursos presenciais, cursos à distância e projetos colaborativos, de pesquisa, em ambiente virtual. No período de realização desse estudo 2013/2014 se encontravam em andamento os seguintes programas:

- I) **Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**; é um curso presencial de dois anos para professores alfabetizadores, consiste em ações que contribuem para o debate sobre a aprendizagem das

---

<sup>18</sup>SAEB – Avalia a educação básica como um todo, seu índices são gerados a partir de três avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica- ANEB feita por amostragem com alunos do 5º ano, 9º ano e do 3º ano do ensino médio para avaliar a qualidade e a equidade e eficiência da educação brasileira, a Prova Brasil, que avalia o desempenho dos alunos em português e matemática e faz um diagnóstico socioeconômico de forma a associar ao desempenho, e a **Avaliação Nacional da Alfabetização** – ANA que avalia censitariamente os alunos do 3º ano do ensino fundamental para verificar os níveis de alfabetização e letramento, matemática e as condições de oferta desse ciclo.

crianças do ciclo de alfabetização; os processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem das crianças; planejamento e avaliação das situações didáticas; o uso dos materiais distribuídos pelo MEC.

- II) Pró-Infantil; curso de nível médio, à distância, modalidade Normal, para os profissionais da educação infantil que atuam em sala nas creches e pré-escolas das redes públicas e da rede privada que ainda não possuem magistério.
- III) Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR; é um programa de fomento a oferta de educação superior para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que obtenham a formação exigida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.
- IV) Proinfo Integrado; promove formação para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC no cotidiano escolar.
- V) O Pró-Letramento, é um programa de formação continuada de professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, voltado para a melhoria da aprendizagem da leitura/escrita e matemática.
- VI) Gestão da Aprendizagem Escolar - GESTAR II; é um programa de formação continuada em língua portuguesa e matemática, para os professores em exercício nas escolas públicas que atuam de 6º ao 9º ano.
- VII) A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores; é uma ação que integra instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais, fornecendo

materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais nas áreas de alfabetização e linguagem, educação matemática e científica, ensino de ciências humanas e sociais, artes e educação física.

- VIII) *Biblioteca na Escola* – esse programa não prevê transferência de recursos financeiros, é uma ação executada diretamente pelo ministério que adquire e distribui os acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência, para promoção do acesso à cultura e incentivo à leitura dos alunos e professores.
- IX) *Educação Profissional* – programa que integra a educação básica à educação profissional, oferece curso básico profissionalizante a qualquer pessoa interessada indiferente do nível de escolaridade, e curso técnico oferecido simultaneamente ao ensino médio ou após sua conclusão.
- X) *Pró-infância* – programa de assistência financeira aos estados, municípios e distrito federal para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas de educação infantil.
- XI) *Salas Multifuncionais* – nesse programa o MEC disponibiliza para escolas públicas de ensino regular materiais pedagógicos e de acessibilidade, equipamentos de informática e mobiliários para o Atendimento Educacional Especializado – AEE aos estudantes com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, ficando a cargo do sistema de ensino o espaço físico e o professor para atuar no AEE.

- XII) *Censo pela Internet* – instrumento de coletas de informações da Educação Básica, como matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar. Seus dados servem de referência para execução de programas, transferências de recursos para os programas de merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e FUNDEB, e para o cálculo do IDEB.
  
  - XIII) *Programa Saúde na Escola - PSE* – é um programa que integra e articula saúde e educação, promovendo ações de prevenção e atenção à saúde dos estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais da educação e saúde, comunidade escolar, abrange também estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
  
  - XIV) *Olhar Brasil* – é um projeto que prevê para os alunos da educação básica e alfabetizados do Programa Brasil Alfabetizado a identificação de problemas visuais, assistência oftalmológica, como fornecimento de óculos, encaminhamento para serviços mais especializados no caso de doenças oftalmológicas, e capacitação para triagem de professores e alfabetizadores.
- g) *Educação Especial* – é uma política de educação inclusiva para o atendimento de aluno com necessidades especiais, contempla outros programas e ações tais como:
- I) Programa Escola acessível; programa de disponibilização de recursos para adequação arquitetônica, como rampas, via de acesso, instalação de corrimão e de sinalização tátil, visual e sonora, salas de recursos multifuncionais e

aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistida, bebedouros e mobiliários acessíveis.

- II) Transporte Escolar Acessível; faz parte do Programa Caminhos da Escola, cujo objetivo é aquisição de veículos escolares padronizados e adequados. A aquisição é feita pelos estados, municípios e Distrito Federal por convênio com o FNDE, recursos próprios e ou financiamento.
- III) Programa de Formação Continuada de Professores em Educação especial; o programa oferta curso em nível de aperfeiçoamento e especialização à distância, presencial e semipresencial, por meio da Universidade Aberta do Brasil- UAB e por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Básica – RENAFOR, para professores atuarem nas salas de recursos multifuncionais e em classes comuns do ensino regular.
- IV) Programa BPC nas Escolas; é o programa que acompanha e monitora o acesso e a permanência dos beneficiários dos Benefícios da Prestação Continuada da Assistência Social, articulando ações entre as áreas da educação, assistência social, direitos humanos e saúde.
- V) Programa Incluir – Acessibilidade à Educação Superior; sua ação consiste em adequação arquitetônica, aquisição e desenvolvimento de material didático e pedagógico acessíveis, aquisição e adequação de mobiliários para acessibilidade e aquisição de recursos de tecnologia assistiva para promoção de acessibilidade pedagógica, comunicação e informação, aos estudantes com

deficiência e demais membros da comunidade universitária.

- VI) Programa Educação Inclusiva – Direito à diversidade; apoia a formação de gestores e educadores, realizando Seminário Nacional de Formação dos coordenadores municipais e dirigentes estaduais, prestando apoio técnico e financeiro e orientando a organização da formação de gestores e educadores dos municípios polos e de abrangência, disponibilizando referenciais pedagógicos para a formação regional. Projeto Livro Acessível; é uma ação que promove a acessibilidade no âmbito do Programa Nacional Livro Didático – PNLD e Programa Nacional da Biblioteca Escolar – PNBE, assegurando aos estudantes com deficiência visual de escolas públicas da Educação Básica livros em formatos acessíveis, disponibilizando laptop para estudantes cegos dos anos finais do ensino fundamental, do ensino médio, da EJA e educação profissional. O projeto conta ainda com o desenvolvimento do Sistema de Informação Digital Acessível – Mecdaisy, que possibilita acessar o texto por meio de áudio, caracter ampliado e diversas funcionalidades de navegação pela estrutura do livro, e a partir do sistema criar o Acervo Digital Acessível – ADA, ambiente virtual destinado à postagem de materiais digitais e a produção coletiva de livros e seminários de formação dos profissionais envolvidos na produção de material didático acessível em formato digital e em Braille.
- VII) PROLIBRAS – é o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais-Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e interpretação da Libras/Língua Portuguesa, certifica por meio de exames de âmbito nacional a

proficiência de ensino e uso de Libras e tradução e interpretação da Libras.

- VIII) Centro de Formação e recursos; essa ação compreende os centros de produção de material didático acessível, formação continuada e capacitação dos professores e profissionais para a oferta do AEE. São eles: CAP (Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual) /NAPPB, oCAS (Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez) e o NAAH/S (Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação).
- IX) Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas, promove, difunde e valoriza experiências escolares inovadoras e efetivas de inclusão escolar de estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

*h) Guia de Tecnologias* – é uma publicação que visa a oferecer aos gestores educacionais uma ferramenta a mais que os auxilie na aquisição de materiais e tecnologias para uso nas escolas públicas brasileiras. Ele se organiza em cinco blocos de tecnologias Gestão da Educação que são Ensino-Aprendizagem, Formação de Profissionais da Educação, Educação Inclusiva e Portais Educacionais.

*i) Coleção Educadores* – é uma coleção de obras sobre a educação distribuída pelo MEC nas escolas públicas da educação básica, em bibliotecas de universidades, de faculdades de educação e públicas, estão reunidos 31 autores brasileiros e 30 pensadores estrangeiros que exercem influência sobre a educação nacional.

*j) Dinheiro na Escola* – é o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, que consiste no repasse de recursos diretamente às unidades de ensino,

para pequenos reparos e manutenção da infraestrutura do colégio, compra de material de consumo e bens permanentes e também financia a educação integral e o funcionamento das escolas nos fins de semana, entre outras ações.

- k) *Inclusão Digital* – é uma ação que disponibiliza equipamento de informática, recursos digitais e conteúdos educacionais para as escolas do campo, complementando os laboratórios já existentes com computador interativo, conteúdos específicos e tecnologia assistiva, bem como implantando novos laboratórios PROINFO<sup>19</sup> e disponibilizando laptop educacional, um computador (servidor) com conteúdos pedagógicos e um roteador wireless para conexão, para as escolas com até 50 matrículas.
- l) *Gosto de Ler* – ação que propõe estimular os alunos do ensino fundamental da rede pública a ler mais e a escrever melhor, por meio da Olimpíada Brasileira da Língua Portuguesa.
- m) *Livre do Analfabetismo* – é uma ação que premia com um o Selo Município Livre do Analfabetismo os estados e municípios que alcançarem bom desempenho na educação básica pública, ação que inclui a alfabetização de jovens com mais de 15 anos e adultos. São dois tipos de certificados, o de Ótimo Desenvolvimento Educacional para aqueles que tenham o IDEB igual ou superior a seis; e Bom Desenvolvimento Educacional, para estados e municípios com IDEB superior ou igual a cinco e inferior a seis.
- n) *PDE Escola* – é um Plano estratégico para fortalecer autonomia da gestão escolar, parte do diagnóstico das dificuldades de cada uma e de um plano de gestão, o MEC também oferece apoio técnico às equipes escolares para elaborar o Plano de Ação que inclui metas capazes de mudar os

---

<sup>19</sup>PROINFO é um programa educacional que leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica.

baixos indicadores educacionais, prazos para alcançá-las e os recursos necessários, após apresentarem o plano as escolas recebem os recursos financeiros extras em caráter suplementar, do ministério através do PDDE, cobre despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos.

o) *Nova CAPES* – é a ampliação da atuação da CAPES, que passa a operar na formulação de políticas públicas para a qualificação de professores da educação básica, cujo objetivo é integrar a educação superior à educação básica.

p) *Provinha Brasil* - instrumento de aferição do desempenho escolar das crianças de seis a oito anos de idade, para verificar se os alunos da rede pública são efetivamente alfabetizados aos oito anos.

q) *Mais Educação* – é um programa que amplia a jornada do tempo e espaço educativo dos alunos da rede pública, ofertando novas atividades educacionais e de espaços favoráveis ao desenvolvimento, como construção de quadras poliesportivas, aulas de cunho artístico, cultural envolvendo lazer e práticas educativas para a promoção da melhoria do rendimento do aluno e do aproveitamento do tempo escolar.

### 2.1.2 Educação Superior

a) *Educação Superior* – ação que visa ampliar o acesso à educação superior, aumentar a contratação de docentes, expandir ou abrir cursos noturnos, reduzir o custo por aluno, e flexibilizar os currículos, promover novas arquiteturas curriculares e ações de combate à evasão.

b) *Acessibilidade* – atua por meio do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior que foi criado para apoiar a implantação ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, ampliando o acesso das pessoas com deficiência em todos os espaços,

ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição, como projetos de pesquisa, intercâmbio, cooperação técnico-científica.

- c) *Formação da Saúde* – é uma ação conjunta dos ministérios da Educação e da Saúde para melhorar a formação dos profissionais da área da saúde reordenando o processo de ensino nas escolas de saúde, para formar profissionais que, além de fazer diagnóstico, possam entender as necessidades da população brasileira e trabalhar na promoção da saúde e da reabilitação dos pacientes. Conta ainda com o Programa de Educação Tutorial em Saúde-PET-Saúde que é um programa de educação tutorial voltado para a saúde da família integrando o ensino acadêmico e o serviço prático dos profissionais da saúde.
- d) *Pós-Doutorado* – é um programa para apoiar recém-doutores, financiando a fixação de jovens doutores em áreas estratégicas de pesquisa, relacionadas à Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).
- e) *Prodocência* – é o programa de Consolidação das Licenciaturas que tem em vista investir na melhoria dos cursos de licenciatura voltados para a formação de professores da educação básica.
- f) *Literatura Para Todos* – Concurso que incentiva produção literária para adultos recém-alfabetizados, destina-se a estimular a produção literária de autores que escrevem para jovens e adultos em processo de alfabetização.
- g) *FIES* – é o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, que cobre 100% dos custos com o valor da mensalidade, incluindo mestrado e doutorado. Prioriza os estudantes de licenciatura e pedagogia, que após concluírem o curso tem até 6 meses para começar a quitar. Soma-se ao FIES o Programa Universidade para Todos - PROUNI, que concede bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições

particulares de educação superior. O estudante que não possuir bolsa integral pode financiar o restante do valor da mensalidade via FIES.

- h) *Concurso* – ação que promove a realização de concursos públicos para a contratação de novos profissionais de educação para fins de suprir a expansão do ensino superior, compreendendo a contratação professores da educação básica, técnicos administrativos em educação.
- i) *Iniciação à Docência* – O Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID, prevê bolsas da CAPES/MEC para desenvolver projetos de educação dentro das escolas da rede pública, apoiando a formação de professores para a educação básica e antecipando o ingresso dos graduandos no ambiente escolar incentivando assim a carreira do magistério.
- j) *Estágio* – lei que propõe novas regras para estágio, pretendendo beneficiar estudantes de instituições de educação superior, profissional e de ensino médio, e alterar a disciplina jurídica do aprendiz para incentivar a conclusão do ensino médio, bem como efetivar a concepção de estágio como ato educativo supervisionado.
- k) *Professor Equivalente* – é um banco de vagas docentes tendo como referência a unidade chamada professor-equivalente. A medida simplifica o processo de contratação dos professores nas universidades públicas federais. Observados os limites do banco de professores-equivalentes, a própria universidade poderá promover concurso público para provimento de cargo docente, além de contratar professor substituto, a partir da existência de cargo vago no quadro da universidade.
- l) *Incentivo à Ciência* – é um incentivo fiscal que prevê redução fiscal para empresas que investirem em projetos de inovação científica e tecnológica desenvolvidos por institutos públicos.

m) *Programa de Apoio à Extensão Universitária* - PROEXT – é o programa que financia programas e projetos de extensão em instituições federais e estaduais de ensino superior e de Institutos Federais de Educação Tecnológica.

### 2.1.3 Educação Profissional

- a) *Educação profissional* – ação do MEC que amplia as vagas na educação profissional para alunos tanto da educação básica quanto da educação de jovens e adultos, incluindo aqueles do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Essa ampliação se faz por meio da criação de uma rede de educação profissional nas instituições públicas de ensino, para ofertar educação profissional e tecnológica à distância, em escolas das redes públicas municipais e estaduais. Já as instituições públicas federais, estaduais ou municipais que ministram ensino técnico de nível médio devem apresentar projetos de cursos na modalidade à distância. Os cursos articulam a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio regular. Isso acontece de duas maneiras, aluno pode possuir duas matrículas, uma no médio e outra no técnico; ou ele cursa o ensino médio regular e depois o técnico.
- b) *Novos Concursos Públicos* – Consiste em promover a ampliação da oferta de vagas e expansão da rede federal de educação profissional tecnológica.
- c) *Cidades-polo* – é uma ação que procura definir cidades-polo para implantação das novas unidades de educação profissional e tecnológica gerando assim sua expansão. Tem também como objetivo reduzir a saída dos alunos em direção aos centros urbanos e aproveitar parcerias e infraestrutura existentes.

#### 2.1.4 Alfabetização

*Brasil Alfabetizado* – é o programa que prevê o fornecimento de bolsas para professores no turno oposto a suas atividades para promover a alfabetização de jovens e adultos. A meta do MEC é que a alfabetização seja feita prioritariamente por professores das redes públicas estaduais e municipais. O programa conta com algumas ações previstas nos demais eixos, tais como recursos para material didático, merenda, transporte escolar dos estudantes, aquisição de óculos.

Para que todas as ações do PDE se concretizem, o primeiro passo é a adesão por municípios, estado e Distrito Federal ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, a partir daí o MEC atuará em regime de colaboração com os entes federados para a implementação dos programas, ações e assistência técnica financeira que visam à melhoria da qualidade da educação básica.

Desse modo, para adesão ao Compromisso, os entes federados assinam o Termo de Adesão Voluntária, que estabelece as diretrizes a serem adotadas e a meta de evolução do IDEB. Além disso, o Compromisso dispõe sobre a criação do Comitê Todos pela Educação, que colabora, mobiliza e acompanha os resultados das ações. Dessa maneira cria-se o Comitê que deve se constituir por pessoas físicas e representantes institucionais.

#### 2.2 Plano de ações articuladas – PAR

Após a assinatura do Termo, o MEC disponibiliza assistência técnica para realização de um diagnóstico da situação educacional e elaboração do Plano de Ações Articuladas – PAR, a ser realizado pelos dirigentes e equipe técnica local, devendo contemplar a presença dos seguintes segmentos: dirigente de educação; técnicos da secretaria de educação; representante dos diretores de escola; representante dos professores da zona urbana; representante dos professores da zona rural; representante dos coordenadores ou supervisores escolares; representante do quadro técnico-administrativo das escolas; representante dos conselhos escolares; representante do Conselho de Educação. Com base no PAR é que são firmados termos de convênio ou cooperação, para a implementação das ações que podem ser técnicas ou financeiras com vistas a alcançar a melhoria

gradativa dos resultados educacionais conforme as metas estabelecidas pelo IDEB, e, dessa forma, organiza-se a implantação das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação nos Estados e Municípios. Fica a cargo de cada município e estado, a partir do diagnóstico para a implantação do Plano de Ações Articuladas – PAR, a responsabilidade pelo cumprimento das ações previstas no PDE, que podem ser de caráter unilateral e outras em parceria.

O PAR então se constitui de duas etapas, a primeira etapa que é aplicação do instrumento para o diagnóstico da situação educacional na rede municipal ou estadual, e a segunda etapa que é elaboração do PAR propriamente dito. Para a primeira etapa o Ministério da Educação disponibiliza um conjunto de tabelas com Indicadores Demográficos e Educacionais (IDE) de ensino. O MEC ainda orienta que a elaboração do Plano deve ser feita com base nos dispositivos legais, Plano Nacional de Educação - PNE, Plano Estadual e Municipal de Educação (quando houver), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007); Resolução CD/FNDE nº 29, de 20/06/07 (estabelecem os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007); Resolução CD/FNDE nº 47, de 20/9/2007 (altera a Resolução CD/FNDE/Nº 29 de 20 de junho de 2007); Resolução CD/FNDE nº 46, de 31/10/2008 (altera a Resolução CD/FNDE/Nº 29 de 20 de junho de 2007); Resolução CD/FNDE nº 53 de 29/10/2009 (Manual de Assistência Financeira do FNDE).

O PAR é estruturado em quatro grandes dimensões: 1ª dimensão – Gestão Educacional; 2ª dimensão - Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; 3ª dimensão - Práticas Pedagógicas e Avaliação; e 4ª dimensão - Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos. Cada dimensão é composta por áreas de atuação, e cada área apresenta indicadores específicos, essas dimensões se inter-relacionam às ações do PDE. Para cada uma delas é feito um relatório minucioso a fim de verificar as necessidades, fragilidades e os pontos positivos de cada dimensão, e com isso garantir o apoio técnico ou financeiro do MEC.

Após a elaboração do diagnóstico local, o MEC disponibiliza o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamentos e Finanças do Ministério da Educação – SIMEC, uma ferramenta digital para inserção dos dados colhidos que são pontuados

através de 52 indicadores com pontuação de 1 a 4 que tem a função de diagnosticar quantitativamente e qualitativamente gerando assim o relatório final que define as justificativas e a demanda potencial para cada um dos indicadores. A partir desse momento os entes federados identificam os indicadores pontuados no com 2 e 1, ou seja, suas maiores prioridades, em seguida, detalham as ações e sub ações que devem ser imediatas e que podem contar com apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação ou serem executadas pelo próprio município, estado ou Distrito Federal, ou ainda contar com apoio técnico do MEC, mas com contrapartida da unidade federativa, bem como apoio financeiro direto do MEC.

Como o PAR é um programa plurianual com duração de quatro anos, o MEC disponibiliza no SIMEC, Módulo de Monitoramento do PAR, uma ferramenta gerencial que permite o controle e avaliação das ações, fornecendo dados e informações da execução dessas, identificando os entraves que possa dificultar a realização de alguma, possibilitando medidas corretivas e indicando as ações que colaboram para melhoria da qualidade da educação.

A operacionalização da assistência financeira suplementar e voluntaria aos projetos educacionais é feita via FNDE. Depois de concluir a inserção de dados no SIMEC, o MEC e o FNDE fazem uma análise técnica em que aprovam os programas e classificam segundo a prioridade. Em seguida, os municípios e estados assinam um termo de cooperação com o MEC, nesse termo fica especificada a participação do Ministério que são de assistência técnica e/ou financeira como já fora mencionado. E para assistência financeira é exigido ainda à assinatura de um convênio que é analisado para aprovação anualmente.

Em 2012 foi regulamentado pela Lei Ordinária Nº 12.695/2012 o fim da assinatura do convênio, ficando estabelecido que a transferência direta dos recursos financeiros possa ser realizada pelo termo de compromisso, para a implementação das ações pactuadas no PAR, considerando as quatro dimensões do Plano, e as ações do Pró-infância que prevê construção e mobiliário para educação infantil. No entanto, as ações ainda necessitam da contrapartida dos municípios e estados para execução.

Cabe ressaltar que o Plano de Desenvolvimento da Educação indica a inevitabilidade para o aumento do percentual do PIB para a educação, o que faz gerar uma melhora na questão do financiamento, e ainda a atribuição de maior autonomia às instituições de ensino.

Através do que foi exposto, pode-se sustentar que o PDE mantém e insere os três eixos centrais da política educacional estabelecida no Brasil: gestão do sistema de ensino, avaliação externa e financiamento, (SILVA, 2010), conforme exposto no quadro abaixo.

Quadro 3: Eixos Centrais da Política Educacional

<b>Eixos</b>	<b>Fundamento</b>	<b>Característica</b>
Primeiro	- Gestão do sistema de ensino	A União conserva o papel de indutora de políticas para a Educação Básica a serem implantadas pelos municípios e estados. A adesão ao Plano de Metas do Compromisso Todos pela Educação e suas diretrizes foi induzida pela União mediante concessão de recursos e apoio técnico.
Segundo	- Ênfase nos processos de avaliação externa da educação e na crença de que se trata de mecanismo adequado para aferir e promover a qualidade da educação.	O aprofundamento desse modelo com a criação do IDEB e da Provinha Brasil, mesmo considerando-se sua particularidade como “autoavaliação”.
Terceiro	- Financiamento	O PDE mantém a lógica da indução de políticas mediante a concessão de financiamento.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O que se pode observar é que o PDE fortalece a presença direta da União na regulação da Educação Básica, que é oferecida e administrada pelas instâncias municipais e estaduais, permitindo-lhe exercer, sobre elas, um maior grau de controle e fiscalização, inclusive na esfera do financiamento de programas e projetos. Freitas (2007, p.188), ao analisar a força normativa de “medida-avaliação-informação” do governo federal, no período de 1988 a 2002, afirma que o poder central, ao controlar a geração e a difusão de dados e a medida-avaliação dos resultados dos sistemas educacionais implanta um “regime de ‘colaboração’ sob condicionalidades”.

Uma característica que preocupa na atual política educacional é a pluralidade de ações e programas que traz consigo uma aparente fragilidade: o PDE está quase que inteiramente baseado em decretos, o que é especialmente problemático tendo em vista que a tradição educacional brasileira se caracteriza pela descontinuidade de programas e políticas públicas.

Segundo Saviani (2009, p.43), “não deixa de ser bem-vindo esse dinamismo do MEC, multiplicando as ações com as quais se pretende mudar o perfil da educação brasileira”; contudo, o autor alerta para o fato de que é necessário “estar

atento para evitar a fragmentação e a dispersão que levariam à perda do foco na questão principal: a melhoria da qualidade da educação básica” (SAVIANI, 2009, p.43).

Com essa breve apresentação do PDE, pode-se avaliar que no contexto do entendimento das políticas públicas como uma conquista houve um avanço. No entanto, a necessidade de assegurar a ação é imprescindível para salvaguardar os resultados a serem alcançados. Desse modo, proceder a análise dessa política no intuito de avaliar e contribuir para os resultados pretendidos é uma obra de grande importância.

O estudo em análise de políticas é recente no mundo e no caso do Brasil é um campo mais novo ainda, considerando ainda que o PDE é uma política pública educacional, portanto, uma área menos explorada nas análises de política.

No Brasil, desde o início do século XX, personagens como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Sampaio Dória, Afrânio Peixoto, entre outros, e depois, motivados com a fundação do Instituto Nacional de Estudos de Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP, foram responsáveis pela formação e desenvolvimento da esfera educacional no âmbito do campo de produção de conhecimento. Mas foi apenas no final do século XX que surgiram muitos documentos produzidos pelo Ministério da Educação, o que colaborou significativamente para a reorganização do sistema educativo nacional, e conseqüentemente a produção no campo educacional foi impulsionada, com pesquisas de assuntos como políticas públicas educacionais, rompendo as barreiras de estudos específicos da área educacional, o que revelou novos problemas, novas metodologias e novos enfoques com o rigor científico requerido no contexto discursivo.

Vários fatores contribuíram para esse impulso e para que análise de políticas ganhasse notoriedade ao longo destas décadas, conforme Souza (2006, p. 20-21) relaciona:

O primeiro, foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho, a execução e a análise de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, assim como a busca de novas formas de gestão, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que as novas concepções sobre o papel dos governos ganharam hegemonia e políticas keynesianas, que guiaram a política pública do pós-guerra, foram substituídas pela ênfase no ajuste fiscal. Este,

implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e em restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Essa agenda passou a dominar corações e mentes a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias, como os da América Latina. O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, provém do fato de que a maioria destes países, em especial os da América Latina, não conseguiu equacionar, ainda que minimamente, a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população.

Evidencia-se também a conquista, nos últimos anos, de investimentos na pesquisa educacional procedentes dos vários níveis do meio público e de outras entidades nacionais e internacionais.

### 3 Percurso metodológico

A pesquisa não pode estar a serviço de solucionar pequenos impasses do cotidiano, porque ela, por sua natureza e processo de construção, parece não se prestar a isso, uma vez que o tempo da investigação científica, em geral, não se coaduna com as necessidades de decisões mais rápidas (GATTI, 2002, p. 23).

O tempo da investigação científica, por muitas vezes, distancia o campo acadêmico dos problemas reais e imediatos, o que permite que instituições não acadêmicas se ocupem das pesquisas que produzam respostas mais rápidas, conforme analisa Campos (2009, p. 271).

Na raiz da importância crescente dessas outras fontes de produção de pesquisa sobre educação, é possível identificar certa frustração com a pesquisa acadêmica, julgada, por aqueles que precisam tomar decisões sobre política educacional, como pouco objetiva, fragmentada e distanciada dos problemas educacionais considerados mais urgentes. Financiamentos substantivos foram assim dirigidos a instituições com perfil mais pragmático, que oferecessem competência adquirida para lidar com o grande volume de dados quantitativos colhidos pelos sistemas de avaliação centralizados, criados na década de noventa, ou que tivessem condições de colher dados novos a partir de amostras representativas de universos amplos, oferecendo resultados objetivos a curto prazo, na maior parte das vezes de acordo com encomendas definidas externamente às equipes de pesquisa.

Na área da pesquisa em educação que se ocupa das políticas públicas educacionais é muito comum recorrer a pesquisas fora da academia buscando agências para desenvolver estudos de modo que respondam às demandas sociais imediatas. Desse modo, a pesquisa em educação se divide em dois campos que apresentam muitas diferenças, conforme Campos (2009, p. 271).

A pesquisa em educação caminhou, nos últimos anos, em direção a uma cisão entre dois campos de produção paralelos: o campo acadêmico, formado principalmente pela produção no contexto dos programas de pós-graduação das universidades e um outro campo, situado em instituições com certa autonomia em relação ao primeiro, como, por exemplo, as instituições independentes de pesquisa, as organizações não governamentais e os institutos empresariais, associados ou não a órgãos oficiais nacionais.

Sendo assim, as políticas públicas educacionais acabam sendo implantadas com base em pesquisas situadas fora do campo acadêmico. No entanto, a análise

dessas políticas, seus impactos, atuação e resultados, torna-se um campo profícuo para as produções acadêmicas. Considerando o tempo de resposta e de análise de uma política, os dois campos, acadêmico e institucional, interagem, mesmo que de forma complexa, conforme analisa Campos (2009, p. 281)

[...] pois se é verdade que as demandas dos sistemas e do fazer pedagógico são urgentes e precisam de respostas rápidas, o pensamento crítico, a análise cuidadosa de dados empíricos e a reflexão teórica são processos que demandam condições diferentes, não só de tempo, mas de um distanciamento em relação a esse cotidiano, necessário para constituí-lo como objeto de pesquisa.

Ao se considerar a pesquisa um processo que constrói e gera novos conhecimentos, podendo também desenvolver, ampliar e atualizar conhecimentos pré-existentes, a pesquisa em política pública educacional, contribui para a análise da implementação e continuidade da ação política, permitindo uma reflexão de seus objetivos.

Segundo Gatti (2002, p.9) “pesquisa é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa”, mas pensar o ato de pesquisar vai muito além de uma simples reflexão, envolve uma complexidade de métodos e procedimentos. Gatti (2002, p. 26) afirma que “não se pode tomar a palavra pesquisa de modo amplo e vago, mas é necessário tomá-la em uma acepção mais acadêmica, implicando o uso de métodos específicos, preocupação com validade, rigor ou consistência metodológica”.

Toda a pesquisa no campo da educação trata da sociedade e da humanidade, e pesquisa em políticas públicas educacionais evidencia ainda mais a relação social, humana e política que constitui a sociedade, no entanto, não pode ser tomada como uma ciência unitária, isolada. “O que é específico da educação como área de saber é o fato de ela ser uma área na qual circulam, ao mesmo tempo, conhecimentos (por vezes de origens diversas), práticas e políticas” (CHARLOT, 2006, p.9). Sendo então, a educação uma área de saber tão plural, é necessário recorrer a uma metodologia que permita analisar os dados de forma que a pesquisa não se torne um discurso solto, sem validação. “Um discurso científico sobre a educação não deve ser um discurso de opinião; ele não é científico se não controla seus conceitos e não se apoia em dados” (CHARLOT, 2006, p.10).

### 3.1 A pesquisa em foco

Esta pesquisa é um levantamento da produção científica acerca da política pública educacional Plano de Desenvolvimento da Educação. A opção por esse tipo de pesquisa decorre do fato de que compreendemos que esse modelo de pesquisa permite sistematizar um determinado campo de conhecimento, possibilitando reconhecer os mais importantes resultados da averiguação, e ainda encontrar conteúdos e abordagens predominantes e amplas, identificando espaços e campos que não foram explorados e que permanecem desimpedidos para futuras pesquisas.

A realização desse tipo de pesquisa beneficia também a compreensão da produção do conhecimento em uma determinada área de pesquisas acadêmicas, que no caso deste estudo, foram dissertações de mestrado do Banco de Teses Capes e da BDTD do IBICT<sup>20</sup>, que versam sobre o a política pública educacional PDE.

Essa pesquisa associou como referência para o levantamento da produção no Banco de Teses Capes e da BDTD do IBICT, os procedimentos de pesquisa do tipo “estado da arte”, para apreensão e percepção da política educacional Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. De acordo com Romanowski e Ens (2009, p. 38), “o interesse por pesquisas que abordam ‘estado da arte’ deriva da abrangência desses estudos para apontar caminhos que vêm sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros”. É ainda imprescindível salientar que “a realização desses balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais” (ROMANOWSKI; ENS. 2009, p. 39).

Para Soares (2000, p. 04), no “estado da arte” é necessário considerar “categorias que identifiquem, em cada texto, e no conjunto deles as facetas sobre as quais o fenômeno vem sendo analisado”. Os estudos realizados não se restringem apenas em constatar a produção, mas em analisá-la, classificá-la e mostrar os

---

<sup>20</sup> O IBICT, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, é referência em projetos voltados ao movimento do acesso livre ao conhecimento. Exemplo desse compromisso é a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), lançada em 2002, que utiliza as mais modernas tecnologias de arquivos abertos e integra sistemas de informação de teses e dissertações de instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Tem como missão, promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico.

diversos enfoques e entendimentos. Novamente, entretanto, cabe ressaltar que o presente estudo não é uma pesquisa do tipo “estado da arte”, antes é um levantamento das produções científicas que versam sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação, que a partir do mapeamento dessas produções, possa contribuir para os estudos e debates da área de educação.

Para esse fim, a sistematização desse estudo foi realizada em etapas, a partir das quais foram sendo identificadas as pesquisas que iriam compor o *corpus de análise*. Para tanto, as pesquisas utilizadas para este trabalho foram selecionadas, conforme anunciado anteriormente, a partir do Banco de Teses da CAPES e do BDTD do IBICT, utilizando descritores com palavras-chaves e filtros, e refinamentos a partir das de leituras dos títulos e resumos.

Ainda que os resumos apresentem problemas, os quais muitas vezes dificultam a análise das dissertações, como informado por Romanowski e Ens (2009, p. 47),

Alguns resumos são muito sucintos e outros confusos ou incompletos, sem informação sobre o tipo de pesquisa e os procedimentos de coleta de dados. Alguns sequer deixavam claro os objetivos do trabalho e vários confundiam metodologia da pesquisa com os procedimentos e instrumentos de pesquisa.

Essas limitações dificultaram e, em alguns momentos prejudicaram, a categorização e a análise do conteúdo como um todo. Segundo Ferreira (2002, p. 264), “os resumos das dissertações e teses presentes nos catálogos como lugar de consulta e de pesquisa, e que sob aparente homogeneidade, há grande heterogeneidade entre eles”. Entretanto, se compreende que essas limitações não inviabilizam esse tipo de pesquisa ou invalidam esses estudos, pelo contrário, se entende que a pesquisa que tem como objeto as informações de resumos acabam por expor estas limitações, que dificultam a harmonização da análise, devido ao estabelecimento de critério buscando respeitar a descrição do estudo feita pelo pesquisador.

Mesmo com as dificuldades referidas para a apreensão do objeto de pesquisa por meio dos resumos, foi possível estabelecer os critérios e identificar as produções científicas que versam sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação.

Em seguida iniciou-se a busca das fontes para o levantamento da produção científica, que no caso desta pesquisa foram as dissertações em nível de mestrado

de educação que tem por objeto de estudo o Plano de Desenvolvimento da Educação. Essa escolha corrobora com o fato dessas produções acadêmicas já serem convalidadas pela comunidade científica, terem sido avaliados por um Comitê Científico, que de certo modo constituem estudos referenciais.

Para o levantamento da produção científica que teve como inspiração os procedimentos do tipo de pesquisa “Estado da Arte”, segundo Romanowski (2002, p.15), são necessários os seguintes procedimentos:

#### Quadro 4 – Procedimentos Metodológicos

<b>1</b>	- Definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas;
<b>2</b>	- Localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, catálogos e acervos de bibliotecas, biblioteca eletrônica que possam proporcionar acesso a coleções de periódicos, assim como aos textos completos dos artigos;
<b>3</b>	- Estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o corpus do estado da arte;
<b>4</b>	- Levantamento de teses e dissertações catalogadas;
<b>5</b>	- Coleta do material de pesquisa, selecionado junto às bibliotecas de sistema COMUT ou disponibilizados eletronicamente;
<b>6</b>	- Leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área;
<b>7</b>	- Organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados e as relações indicadas nas teses e dissertações;
<b>8</b>	- Análise e elaboração das conclusões preliminares.

Fonte: ROMANOWSKI, 2002.

Outra ação metodológica foi determinar o recorte temporal para a busca das produções. Ficou estabelecido que o recorte seria feito entre os anos de 2007 e 2014. Esse recorte temporal se faz devido a 2007 ser o ano de lançamento da política pública educacional Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, e a data final de 2014, ano de início do presente trabalho.

Buscou-se constituir os procedimentos de pesquisas de modo a proporcionar o levantamento de produções acadêmicas que abarcasse o maior número de dissertações que versassem sobre o PDE. Desse modo, foram determinadas palavras chaves, que se identificassem diretamente com o objeto das pesquisas. Considerando o “Plano de Desenvolvimento da Educação” o elemento essencial para pesquisa, já que encontrar produções científicas que versam sobre ele é

objetivo desse levantamento a sua sequência nominal foi a primeira palavra chave. A próxima palavra chave foi “Política Pública”. Essa escolha foi pertinente por proporcionar um refinamento bem amplo sobre as produções que estudam o plano na esfera da política governamental. Já a palavra chave “Política Pública Educacional” foi determinada considerando o pressuposto de conter em sua sequência nominal a relação com a política e o campo da educação. A sigla “PDE” foi determinada por proporcionar um condicionante a busca, visto que o Plano de Desenvolvimento da Educação é muito referenciado apenas pela sigla PDE. A palavra chave “Referencial de Análise Política” foi utilizada pela importância de pesquisas sobre políticas públicas que apresentam Referencial de Análise de Políticas, ampliando ainda mais o universo de pesquisa que verse sobre o PDE.

Quadro 5: PALAVRAS CHAVES

<b>PALAVRAS CHAVES</b>
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PDE
POLÍTICA PÚBLICA
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL
REFERENCIAL DE ANÁLISE POLÍTICA

Fonte: Levantamento da pesquisadora.

As palavras chaves foram utilizadas como descritores na primeira etapa da pesquisa no Banco de Teses Capes e da BDTD do IBICT como descritores gerais.

Nessa etapa, foram realizados procedimentos de busca para tentar abarcar o maior número possível de dissertações acerca do PDE. Desse modo, iniciou-se a busca com os descritores principais que apresentou um resultado geral. Em seguida, buscou-se refinar a pesquisa para o recorte temporal 2007 – 2014, posteriormente realizou-se sobre o resultado do recorte temporal outro refinamento descartando as teses que por questão de homogeneidade não serão analisadas, uma vez que a presente pesquisa se trata de uma dissertação em nível de mestrado não sendo procedente análise de tese de doutorado. Para uma busca mais exatas realizou-se a combinação dos descritores conforme apresentado a seguir no procedimento metodológico. A partir desse resultado, foi feita a leitura exploratória dos títulos das

dissertações para identificar aquelas que tinham como objeto de estudos o Plano de Desenvolvimento da Educação.

Com o resultado da busca, foi feita uma nova pesquisa utilizando-se filtros de pesquisa indicados pelo Banco de Teses da CAPES, na intencionalidade de encontrar mais dissertações que abordavam o tema, e assim obter um levantamento mais exato. A pesquisa foi realizada nos dois bancos CAPES e IBICT, utilizando-se os mesmos descritores, bem como as combinações. Com o resultado obtido foi feita a seleção por títulos que tinham o PDE como objeto de estudo. Feita a seleção, o resultado dessa nova pesquisa foi realizada uma comparação com o resultado da primeira pesquisa, alguns títulos se repetiram e novos foram encontrados. Desse modo constituiu-se o *corpus de análise*.

### 3.2 Procedimentos metodológicos

Para esta pesquisa, definiram-se os descritores para consulta nos Bancos de Dados: Banco de Teses da CAPES e BDTD do IBICT. Esses descritores foram selecionados, conforme já indicado, a partir de palavras-chave que fossem profícuas para elencar o maior número de dissertações que tinham como o objeto de pesquisa o Plano de Desenvolvimento da Educação. Nesse sentido é importante sublinhar que o objetivo desta investigação é elencar dissertações que tenham como seu objeto o PDE, e não o PDE como sendo tangencial a outras investigações.

Após a seleção da produção científica e definição dos descritores foram estabelecidos os critérios para o refinamento do material.

1º - Pesquisas entre o ano de 2007 a 2014, esse recorte é em função da data de lançamento do PDE, e o ano desta pesquisa;

2ª - Pesquisas da área de Educação. Uma vez que alguns programas do PDE são interministeriais, pode haver ocorrência de pesquisas em outros campos como saúde, economia, administração, ciência política, etc, e considerando sua característica de ação política, perpassaria vários outros campos como sociologia entre outros, que não eram o objetivo desta pesquisa;

3º - Dissertações de mestrados, por questão de homogeneidade as teses foram desconsideradas;

4º - Pesquisas que tivessem como objeto de estudo o PDE, abranger o máximo possível de pesquisas que versassem sobre o Plano de desenvolvimento da Educação; e

5º - Pesquisas com referenciais de análises de política, buscar pesquisas que analisaram o PDE enquanto política pública educacional.

Com os critérios estabelecidos, recorreu-se novamente ao Banco de Dados de pesquisa da CAPES no período 2014-2015 com o objetivo de realizar o levantamento das produções científicas. Cabe ressaltar que na pesquisa do Banco de Teses da CAPES encontrou-se o catálogo de dissertações e teses publicadas apenas com datas a partir de 2010, pois o Banco se encontra em processo de atualização. Foi realizada também a busca à BDTD do IBICT para identificar um número maior de pesquisas que versassem sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação.

### 3.3 O levantamento no banco de dados da CAPES e do IBICT

#### 3.3.1 Primeira Etapa: pesquisa com descritores gerais

Ao se iniciar a pesquisa nos dois bancos de dados foram utilizados os descritores principais conforme a tabela a seguir, que apresenta os primeiros resultados encontrados na busca.

Tabela 1: Total de dissertações e teses - Primeira pesquisa geral.

<b>DESCRITORES PRINCIPAIS</b>	<b>RESULTADO IBICT</b>	<b>RESULTADO CAPES</b>
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	787	368
PDE	228	80
POLÍTICA PÚBLICA	14733	2640
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL	1659	373
REFERENCIAL DE ANÁLISE POLÍTICA	1385	445
REFERENCIAL ANALÍTICO	312	102
<b>TOTAL DOS DESCRITORES – TESES E DISSERTAÇÕES</b>	<b>19104</b>	<b>4008</b>

Fonte: Levantamento da pesquisadora.

Nota-se no total um grande número de dissertações e teses encontradas nas pesquisas com estes descritores inicialmente utilizados, o que indica que seria necessário um refinamento bem mais minucioso para se chegar a um número de pesquisas científicas que pudessem ser analisadas dentro do tema proposto, pois as palavras-chaves escolhidas neste momento estavam dando um resultado pouco refinado. Desse modo, utilizou-se dos critérios estabelecidos para a realização de novos filtros.

Dessa forma, foi realizado um filtro no resultado encontrado anteriormente, de forma a concentrar apenas as teses e dissertações que versavam sobre o tema pesquisado, no período de 2007 a 2014.

Tabela 2: Total de dissertações e teses - Período de 2007 a 2014.

<b>PRIMEIRO REFINAMENTO - PERÍODO DE 2007 a 2014</b>	<b>RESULTADO IBICT</b>	<b>RESULTADO CAPES</b>
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	514	368
PDE	177	80
POLÍTICA PÚBLICA	11136	2640
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL	1253	373
REFERENCIAL DE ANÁLISE POLÍTICA	1039	445
REFERENCIAL ANALÍTICO	212	102
<b>TOTAL DOS DESCRITORES – TESES E DISSERTAÇÕES</b>	<b>14331</b>	<b>4008</b>

Fonte: Levantamento da pesquisadora.

Ainda assim os resultados encontrados eram muito amplos. A etapa seguinte foi inserir um novo filtro de forma a excluir as Teses. Refinou-se a pesquisa incluindo apenas as dissertações para fins de análise. O resultado encontrado apresenta-se na tabela 3.

Tabela 3: Total de dissertações - Período de 2007 a 2014.

<b>SEGUNDO REFINAMENTO - PERÍODO DE 2007 a 2014 DISSERTAÇÕES</b>	<b>RESULTADO IBICT</b>	<b>RESULTADO CAPES</b>
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	342	230
PDE	85	53
POLÍTICA PÚBLICA	7586	1731
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL	787	251
REFERENCIAL DE ANÁLISE POLÍTICA	663	311
REFERENCIAL ANALÍTICO	109	59
<b>TOTAL DOS DESCRITORES – DISSERTAÇÕES</b>	<b>9572</b>	<b>2635</b>

Fonte: Levantamento da pesquisadora.

Outro refinamento foi realizado, para se tentar filtrar ao máximo os resultados encontrados e que ainda apresentavam números expressivos e muito aleatórios ao objeto de pesquisa, Plano de Desenvolvimento da Educação. Neste momento, utilizou-se das combinações de descritores de forma a manter o foco no tema voltado para a Educação, com o intuito de filtrar as pesquisas voltadas para o tema que seria analisado.

Tabela 4: Total de dissertações de 2007 a 2014 - Descritores combinados.

<b>TERCEIRO REFINAMENTO - DESCRITORES COMBINADOS PERÍODO DE 2007 a 2014 / DISSERTAÇÕES</b>	<b>RESULTADO IBICT</b>	<b>RESULTADO CAPES</b>
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA	95	26
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL	35	13
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E PDE	18	25
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E REFERENCIAL ANALÍTICO	0	0
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E REFERENCIAL DE ANÁLISE POLÍTICA	6	5
POLÍTICA PÚBLICA E PDE	15	8
POLÍTICA PÚBLICA E REFERENCIAL ANALÍTICO E EDUCAÇÃO	8	4
POLÍTICA PÚBLICA E REFERENCIAL DE ANÁLISE POLÍTICA E EDUCAÇÃO	162	42
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL E PDE	10	5
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL E REFERENCIAL ANALÍTICO	4	2
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL E REFERENCIAL DE ANÁLISE POLÍTICA	50	21
<b>TOTAL DOS DESCRITORES – DISSERTAÇÕES</b>	<b>403</b>	<b>151</b>

Fonte: Levantamento da pesquisadora.

Após a busca realizada com as combinações de descritores foi feita a leitura preliminar dos títulos das dissertações encontradas na tabela acima e foram descartados os títulos que não tinham como referência para análise o Plano de Desenvolvimento da Educação. Essa opção decorreu do fato, conforme apresentado anteriormente, de que nossa investigação pretende focalizar as pesquisas que estudaram diretamente o Plano de Desenvolvimento de Educação, e não apenas suas ações ou objetos que são tangenciados pelo PDE. Desse modo, a partir dessa delimitação chegou-se ao seguinte resultado:

Tabela 5: Total de dissertações de 2007 a 2014 - Refinamento dos títulos.

QUARTO REFINAMENTO - TÍTULOS DAS DISSERTAÇÕES	RESULTADO IBICT	RESULTADO CAPES
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA	5	5
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL	5	1
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E PDE	5	17
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E REFERENCIAL ANALÍTICO	0	0
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E REFERENCIAL DE ANÁLISE POLÍTICA	0	1
POLÍTICA PÚBLICA E PDE	6	5
POLÍTICA PÚBLICA E REFERENCIAL ANALÍTICO E EDUCAÇÃO	0	0
POLÍTICA PÚBLICA E REFERENCIAL DE ANÁLISE POLÍTICA E EDUCAÇÃO	2	1
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL E PDE	6	3
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL E REFERENCIAL ANALÍTICO	0	0
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL E REFERENCIAL DE ANÁLISE POLÍTICA	1	2
<b>TOTAL DOS DESCRITORES – DISSERTAÇÕES</b>	<b>30</b>	<b>35</b>

Fonte: Levantamento da pesquisadora.

Após esse levantamento, foram identificadas através das leituras dos títulos das dissertações as que se repetiam nos bancos de dados, e chegou-se ao seguinte número de dissertações: 12 dissertações<sup>21</sup> no BDTD da IBICT e 21 dissertações<sup>22</sup> no Banco de Teses da CAPES. Do total dessas 33 dissertações, haviam 4 dissertações que se repetiam nos dois bancos de dados, perfazendo então, um total de 29 dissertações encontradas.

### 3.3.2 Segunda Etapa: refinamento da pesquisa

Na busca em proceder com maior rigor o levantamento e ampliação do levantamento foi desenvolvido um novo procedimento de busca o qual foi orientado pelos critérios:

- a) Utilização de conector como hífen entre os descritores;
- b) Pesquisa com o termo acentuado e não acentuado;
- c) Pesquisa com o operador AND na expressão de busca para adicionar algum termo.

Dessa forma, obteve-se o resultado apresentado na Tabela 6.

<sup>21</sup>Os títulos elencados encontram-se listados na Tabela 10 do ANEXO A.

<sup>22</sup>Os títulos elencados encontram-se listados na Tabela 11 do ANEXO A.

Tabela 6: Total de dissertações e teses - Refinamento / Filtro.

REFINAMENTO / FILTRO - DESCRITORES	RESULTADO IBICT	RESULTADO CAPES
PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-DA-EDUCAÇÃO	35	27
PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-DA-EDUCACAO	35	0
POLÍTICA-PÚBLICA	9836	929
POLITICA-PUBLICA	9836	6
POLÍTICA-PÚBLICA-EM-EDUCAÇÃO	62	1
POLITICA-PUBLICA-EM-EDUCACAO	62	0
POLÍTICA-PÚBLICA-EDUCACIONAL	37	22
POLITICA-PUBLICA-EDUCACIONAL	37	0
POLÍTICA-PÚBLICA AND PDE	23	5
POLITICA-PUBLICA AND PDE	23	0
POLÍTICA-PÚBLICA AND PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-DA-EDUCAÇÃO	16	3
POLITICA-PUBLICA AND PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-DA-EDUCACAO	16	0
REFERENCIAL-ANALÍTICO	57	27
REFERENCIAL-ANALITICO	57	0
REFERENCIAL-ANALÍTICO AND EDUCAÇÃO	16	9
REFERENCIAL-ANALITICO AND EDUCACAO	16	0
REFERENCIAL-DE-ANÁLISE-POLÍTICA	0	0
REFERENCIAL-DE-ANALISE-POLITICA	0	0

Fonte: Levantamento da pesquisadora.

Dando continuidade ao levantamento das produções científicas nos bancos de dados e obedecendo às orientações da CAPES, a tabela a seguir mostra o resultado após o refinamento da busca por período entre 2007 a 2014 e o descarte das teses, considerando apenas as dissertações.

Tabela 7: Total de dissertações - Refinamento / Filtro- 2007 a 2014.

REFINAMENTO / FILTRO - DISSERTAÇÕES E PERÍODO de 2007 a 2014	RESULTADO IBICT	RESULTADO CAPES
PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-DA-EDUCAÇÃO	22	22
PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-DA-EDUCACAO	22	0
POLÍTICA-PÚBLICA	5284	626
POLITICA-PUBLICA	5284	6
POLÍTICA-PÚBLICA-EM-EDUCAÇÃO	35	1
POLITICA-PUBLICA-EM-EDUCACAO	35	0
POLÍTICA-PÚBLICA-EDUCACIONAL	22	15
POLITICA-PUBLICA-EDUCACIONAL	22	0
POLÍTICA-PÚBLICA AND PDE	10	4
POLITICA-PUBLICA AND PDE	10	0
POLÍTICA-PÚBLICA AND PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-DA-EDUCAÇÃO	10	3
POLITICA-PUBLICA AND PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-DA-EDUCACAO	10	0
REFERENCIAL-ANALÍTICO	15	11
REFERENCIAL-ANALITICO	15	0
REFERENCIAL-ANALÍTICO AND EDUCAÇÃO	5	4
REFERENCIAL-ANALITICO AND EDUCACAO	5	0
REFERENCIAL-DE-ANÁLISE-POLÍTICA	0	0
REFERENCIAL-DE-ANALISE-POLITICA	0	0

Fonte: Levantamento da pesquisadora.

Prosseguindo com a seleção das dissertações, foi realizada a leitura novamente dos títulos, onde foram descartadas as pesquisas que não dialogavam como objeto de análise Plano de Desenvolvimento da Educação.

Nesse momento, também foram desconsiderados os resultados encontrados para “POLÍTICA-PÚBLICA” e “POLITICA-PUBLICA”, pois esses descritores abrangiam campos além da Educação, mantendo dessa maneira apenas os filtros nos quais a Política Pública permeou o campo da Educação. Nessa fase também foram descartados os descritores que se repetiram por questão de acentuação, permanecendo então com a escrita correta dos descritores, conforme a tabela 8.

Tabela 8: Total dissertações- Refinamento / Filtro/ Título- 2007 a 2014.

REFINAMENTO / FILTRO - TÍTULOS DAS DISSERTAÇÕES	RESULTADO IBICT	RESULTADO CAPES
PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-DA-EDUCAÇÃO	7	16
POLÍTICA-PÚBLICA-EM-EDUCAÇÃO	2	0
POLÍTICA-PÚBLICA-EDUCACIONAL	0	1
POLÍTICA-PÚBLICA AND PDE	3	3
POLÍTICA-PÚBLICA AND PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-DA-EDUCAÇÃO	1	2
REFERENCIAL-ANALÍTICO	0	0
REFERENCIAL-ANALÍTICO AND EDUCAÇÃO	0	0
REFERENCIAL-DE-ANÁLISE-POLÍTICA	0	0
<b>TOTAL DOS DESCRITORES – DISSERTAÇÕES</b>	<b>13</b>	<b>22</b>

Fonte: Levantamento da pesquisadora.

Como pode ser observado acima foram encontradas 13 dissertações no BDTD do IBICT e 22 dissertações no Banco de Teses da CAPES, perfazendo um total de 35 dissertações encontradas. Como executado anteriormente, aqui também foi realizada a leitura dos títulos, sendo identificadas as dissertações que se repetiam nos descritores de cada banco de dados, e chegou-se ao seguinte número de dissertações: 9 dissertações<sup>23</sup> no BDTD da IBICT e 19 dissertações<sup>24</sup> no Banco de Teses da CAPES.

Desse total de 28 dissertações, havia 3 dissertações que se repetiam nos resultados dos dois bancos de dados, perfazendo, então, um total de 25 dissertações encontradas. Essas 25 dissertações foram comparadas através de seus títulos com as 29 dissertações resultantes do levantamento com os primeiros descritores. Dessa comparação foram selecionadas o total de 35 dissertações, que seguem abaixo.

<sup>23</sup>Os títulos elencados encontram-se listados na Tabela 12 do ANEXO A.

<sup>24</sup>Os títulos elencados encontram-se listados na Tabela 13 do ANEXO A.

Tabela 9: Relação das dissertações selecionadas.

ITEM	AUTOR	ANO	FACULDADE	ESTADO	REGIÃO	DISSERTAÇÃO	BANCO DE DADOS
1	NASCIMENTO, Luciane da Silva	2010	UERJ	RJ	SUDESTE	Financiamento e participação democrática na educação: a relação entre o Programa Dinheiro Direto na Escola e o Plano de Desenvolvimento da Educação	IBICT
2	AUDI, Luciana Cristina da Costa	2010	UEL	PR	SUL	Eu me sinto responsável: os impactos do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) sobre a formação de professores de inglês	IBICT
3	SANTOS, Anderson Fernandes Anausodos	2010	UFPE	PE	NORDESTE	Estudo da percepção dos princípios de governança aplicado ao setor público na gestão do Plano de Desenvolvimento da Educação Superior brasileira REUNI, na Universidade Federal de Pernambuco	IBICT
4	LIMA, Maria Lúcia de Oliveira Feliciano de	2011	UNB	DF	CENTRO-OESTE	Empreendedores de Políticas Públicas na Implementação de Programas Governamentais: estudo de caso com diretoras de escolas no Distrito Federal	IBICT
5	FERRARI, Rafael Martins	2011	UNB	DF	CENTRO-OESTE	Uma ideia cujo tempo chegou: a institucionalização da avaliação de políticas públicas em educação no contexto do governo federal	IBICT
6	SOLANO, Cleonice Halfeld	2011	UFJF	MG	SUDESTE	Plano de Desenvolvimento da Educação e Plano de Desenvolvimento da Escola: desdobramentos da implementação dessas políticas no contexto escolar	CAPES
7	MILEK, Emanuelle	2011	UTP	PR	SUL	Gestão da Educação e Políticas Públicas: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em exame.	CAPES
8	TAQUES, Mariana Fonseca	2011	UFPR	PR	SUL	O PDE-Escola nas escolas da rede estadual do Paraná: entre o gerenciamento e as possibilidades democráticas	CAPES
9	AMORIM, Milene	2011	UFGD	MS	CENTRO-OESTE	A qualidade da educação básica no PDE: uma análise a partir do Plano de Ações Articuladas	CAPES
10	MAINARDI,	2011	UFPEL	RS	SUL	Paulo Freire e o PDE do governo	CAPES

	Marcia Helena Pilon					Lula: bem mais que simples coincidências	
11	SILVA, Kátia Valéria Ataíde e	2011	UFPB	PB	NORDESTE	Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) e a Gestão Escolar: limites e possibilidades	CAPES e IBICT
12	MAFASSIOLI, Andréia da Silva	2011	UFRGS	RS	SUL	Plano de ações articuladas: uma avaliação da implementação no município de Gravataí/RS	CAPES e IBICT
13	ABOUKALAN, Roberto Jorge	2011	UFJF	MG	SUDESTE	Financiamento público da educação: implementação de políticas e implicações na gestão escolar o programa dinheiro direto na escola.	CAPES
14	ANDRADE, Alenis Cleusa de	2011	UNISINOS	RS	SUL	Avaliação em larga escala: perspectiva da gestão democrática.	CAPES
15	SILVA, Eduardo Henrique Oliveira da	2011	UFMS	MS	CENTRO-OESTE	Financiamento de bolsas de estudos para o ensino superior: o programa universidade para todos (prouni) em Mato Grosso do Sul, no período de 2005 a 2010.	CAPES
16	POSSI, Ester Hinterlang de Barros	2012	UEL	PR	SUL	Programa de desenvolvimento educacional - PDE/PR (2007-2009): um estudo sobre transformações e permanências	IBICT
17	SILVA, Sheila Messias da	2012	UFPE	PE	NORDESTE	Uma análise dos relatórios de gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação à luz da governança aplicada ao setor público	IBICT
18	SOUSA, Melissa Fabiane Barreto de	2012	UNEB	BA	NORDESTE	O PDE Escola em foco: uma análise do programa em duas unidades escolares da rede municipal de Salvador	CAPES
19	FERREIRA, Mariana	2012	UEPG	PA	SUL	O programa PDE Escola: uma análise da sua implementação em Guarapuava-PR	CAPES
20	SOARES, Gracielle Gomes	2012	UFMT	MT	CENTRO-OESTE	A política do nome próprio no PAR/MT.	CAPES
21	SCHIMONEK, Elisangela Maria Pereira	2012	UNESP	SP	SUDESTE	O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola): instrumento de autonomia para as unidades escolares?	CAPES e IBICT
22	GRINKRAUT, Ananda	2012	UNICAMP	SP	SUDESTE	Conflitos na implementação da política educacional brasileira: as relações entre a União e os municípios a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	CAPES e IBICT
23	MIRANDA,	2012	UFBA	BA	NORDESTE	A gestão da educação municipal	CAPES

	Maura da Silva					frente às políticas em regime de colaboração do plano de desenvolvimento da educação: um estudo de caso em um município do território do Sisal-Bahia	
24	SANTOS, Ana Marcia Lima	2012	UNEB	BA	NORDESTE	O Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE e a Gestão dos Recursos Financeiros: implantação da metodologia de planejamento estratégico do Programa Fundescola na Escola Municipal Comunitária de Canabrava/Salvador	CAPES
25	MARTINS, Aurea Peniche	2012	UFPA	PA	NORTE	O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/MEC) e sua efetivação por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) em São Miguel do Guamá (PA).	CAPES
26	SANTOS, Crisolita Gonçalves dos	2012	UFPA	PA	NORTE	O PDE Escola: autonomia e qualidade do ensino na gestão educacional em Igarapé-Mirim e na Escola Rio Tocantins.	CAPES
27	SPECK, Raquel Angela	2012	UNIOESTE	PR	SUL	O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDEE) como expressão do gerencialismo na educação	CAPES
28	BORGES, Marcelo Silva	2012	UNEB	BA	NORDESTE	Plano de Metas/PAR e o desenvolvimento territorial	CAPES
29	ANTUNES, Vera de Fatima Paula	2012	UCDB	MS	CENTRO-OESTE	A utilização dos resultados da avaliação institucional externa da educação básica no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios sul-matogrossenses (2007-2010)	CAPES
30	SIQUEIRA, WelleyAlves	2012	UFMT	MT	CENTRO-OESTE	A política do nome próprio e as forças que constituem uma Política Pública em Educação	CAPES
31	RIBEIRO, Fernanda Lucena	2013	UNB	DF	CENTRO-OESTE	O impacto do Plano de Ações Articuladas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação na qualidade da educação básica	IBICT
32	LYRIO, Luzinete Barbosa	2013	UNIFACS	BA	NORDESTE	A construção do Plano Municipal de Educação: concepção e prática nos municípios do território de identidade médio Rio das Contas - Bahia	IBICT
33	DINIZ, Maria AurianaPinto	2014	UNB	DF	CENTRO-OESTE	A adesão ao Plano de Ações Articuladas influencia a gestão da educação básica no Distrito Federal?	IBICT
34	MELO, GeysaM	2014	UNB	DF	CENTRO-	Planejamento da política	IBICT

	aria Bacelar Pontes				OESTE	educacional no Brasil: da diversidade conceitual e programática a uma proposta técnica de alinhamento estratégico	
35	MICHELON, Edimor Antônio	2014	UNIOESTE	PR	SUL	Política educacional no Brasil: proposições educacionais no plano plurianual dos governos Lula e Dilma Rousseff (2008-2011)	IBICT

Fonte: Levantamento da pesquisadora.

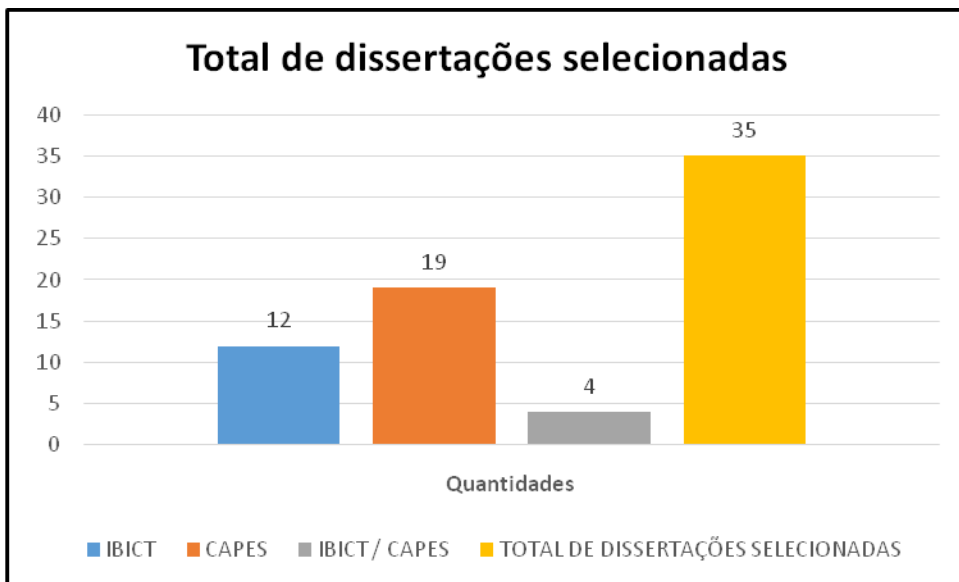
A partir dessa seleção, optou-se em realizar as análises desses trabalhos buscando observar suas similaridades e possíveis indicações para estudos que focalizam as políticas públicas para educação. Esse objetivo é desenvolvido no próximo capítulo.

#### 4 Análise dos dados

A partir da identificação das 35 dissertações, foram realizadas as leituras de seus resumos e em seguida essas dissertações foram mapeadas e analisadas a partir de categorias engendradas no próprio processo de estudo. Nesse sentido, três categorias foram consideradas relevantes para empreender as análises: a) localização geográfica das pesquisas; b) ano de maior incidência da produção e c) esfera e campo de incidência dos estudos.

Nesse processo, de forma sintetizada, temos a seguinte situação:

Gráfico 1: Total de dissertações selecionadas



Fonte: Levantamento da pesquisadora.

Como mostra o gráfico acima, 12 dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT foram selecionadas, outras 19 dissertações do Banco de Teses da CAPES, e outras 4 dissertações que eram comuns aos dois bancos de dados utilizados, perfazendo um total de 35 dissertações selecionadas.

É importante destacar que muitos foram os desafios nesse processo, entre eles o fato de que algumas dissertações trazem em suas palavras-chave o descritor “política pública para educação”, e por vezes “PDE”, mas não possuem em seus objetos (identificados após a leitura dos resumos) discussões em torno desses temas. Além desse aspecto, é também comum identificarem o trabalho como um estudo em política pública pelo simples fato da investigação ocorrer em uma

instituição de ensino público. Esse fato ganhou novos desafios quando se optou em focalizar as pesquisas que procuravam analisar e discutir especificamente o PDE, conforme já discutido anteriormente. No entanto, ainda que pese esses fatos, as leituras dos resumos das dissertações selecionadas oportunizaram as categorizações definidas acima, as quais serão objetos de nossas discussões na sequência.

#### 4.1 Localização geográfica das pesquisas

A análise geográfica das pesquisas derivou da observação do fato de que muitos levantamentos de produção de conhecimento identificam a Região Sudeste como a que apresenta maior número de produção. De acordo com Buss-Simão (2007), esse destaque da Região Sudeste se justifica pelo elevado número de universidades concentradas nestas regiões com programas de pós-graduação, em detrimento da Região Norte, por exemplo, que concentra um menor número de programas de pós-graduação.

No entanto, no presente levantamento, a maior produção se concentrou na região centro-oeste e sul, e na sequência pela região nordeste. Esse fato leva a questionar o que teria originado essa configuração. Assim, ao se considerar essa categoria, qual seja, a localização geográfica das pesquisas dos 35 resumos das dissertações, percebe-se a seguinte distribuição: 10 dissertações da Região Centro-Oeste, 10 dissertações da Região Sul; 08 dissertações da Região Nordeste; 5 dissertações na região Sudeste e duas dissertações defendidas, no período do estudo, na região norte.

Ao olhar graficamente esses dados tem-se a seguinte situação:

Gráfico 2: Número de dissertações por regiões brasileiras.



Fonte: Levantamento da pesquisadora (2015).

Essa concentração das pesquisas em regiões que tradicionalmente ainda possuem poucos programas de pós-graduação parece indicar o como ainda as agendas de pesquisas acadêmicas são orientadas pela agenda de política governamental. Isso porque, ao estudar o PDE observa-se que suas “ações piloto” foram nessas regiões. Necessário ainda observar que, na época do FUNDESCOLA, esse fundo era destinado exclusivamente para regiões consideradas pobres no cenário nacional, sobretudo norte e nordeste.

Não obstante, além desse aspecto, é interessante observar que a Região Sul, embora não sendo destinatária inicial dessa política, também apresenta significativa produção o que leva a novos questionamentos, entre esses, qual fator teria instigado essa produção na região? Procurando compreender esse fenômeno, há a necessidade de aprofundar as análises das pesquisas, isto é, a necessidade de leitura na íntegra dos textos para verificar em qual estado/município as pesquisas foram desenvolvidas, buscando então apreender quais fatores as desencadearam.

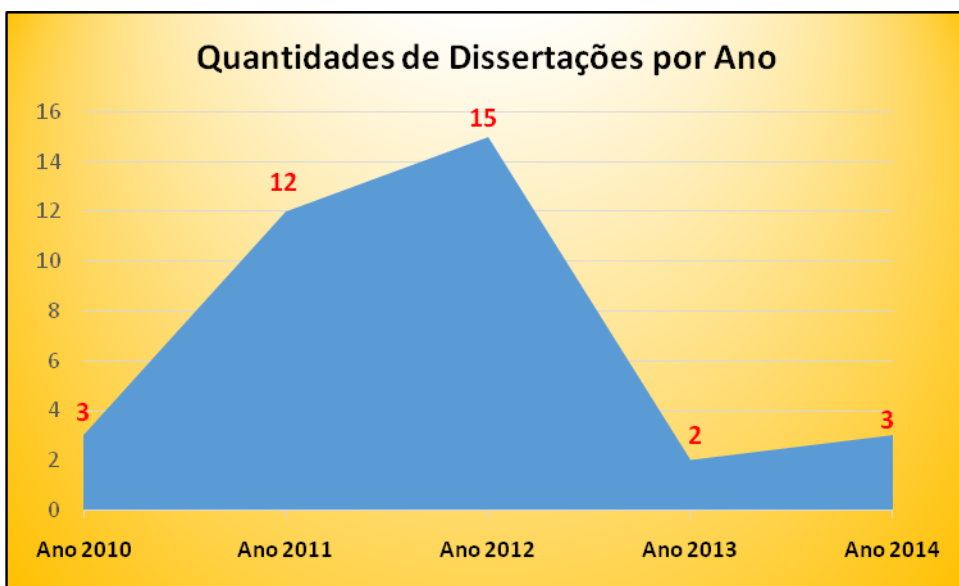
Entretanto, como não era esse o objeto delimitado dessa investigação e, tendo em vista o tempo de execução da pesquisa, essas leituras não foram realizadas, o que levou a realização de conjecturas sobre esse fato. Em outras palavras, parece que a produção em regiões que não foram áreas prioritárias do plano indicam que as análises, conforme assinala Azevedo (2004), não refletem apenas as relações de poder e conflito entre Estado e sociedade civil, mas podem procurar discutir a configuração que assumem nos diferentes contextos em que são aplicadas e as formas pelas quais os grupos sociais envolvidos buscam adaptar-se, transgredir ou resistir a essas ações.

Entretanto, ainda que haja essa observação da Região Sul, a hipótese inicial da correlação entre regiões de ação diretas da política e produção de pesquisa foi corroborada quando analisam-se os anos de maior produção das dissertações, conforme é apresentado na sequência.

#### 4.2 Ano de maior incidência da produção

Seguindo a lógica das análises dos resumos, observa-se que ao se considerar os anos de defesas das dissertações forma-se o seguinte gráfico:

Gráfico 3: Número de dissertações de mestrado publicadas por ano.



Fonte: Levantamento da pesquisadora (2015).

Nota-se no gráfico da quantidade de dissertações por ano que entre os anos de 2007 a 2009 não foram encontradas publicações a respeito do objeto, seguindo a observação anterior, qual seja, da relação direta entre agenda de pesquisa e agenda governamental, entende-se que essa ausência é justificada pelo fato que nesse período as políticas estavam ainda sendo configuradas, ou nas indicações de Ball (2004), estavam ainda no contexto da Influência e no processo inicial de implementação. A partir de 2010 até o ano de 2012 houve um crescimento significativo nas produções de dissertações que versavam sobre o PDE, e o gráfico deixa bem evidente esse crescimento e essa tendência nesse período. A partir do ano de 2013 pode-se observar pelo gráfico que se apresentou uma queda brusca na produção científica sobre o tema pesquisado. Essa constatação parece demonstrar não haver uma persistência nas produções de pesquisas de avaliação das políticas públicas em vigor no país, isto é, não parece ser uma tradição nacional o desenvolvimento de estudos de acompanhamento das políticas.

Outro fato interessante é que, conforme já discutido ao longo deste trabalho, o PDE se torna uma política de governo em nível federal a partir de 2007, isto é, é destinado a todos os estados e municípios. Isso confere um caráter às pesquisas aqui analisadas de uma investigação muito mais pautada no contexto de implementação das políticas do que estudos que avançam no sentido de analisarem as políticas em sua correlação com as determinações globais, resguardando as especificidades locais. Dito de outro modo, essa profícua produção nos anos de maior implementação da política parece indicar que as investigações são pautadas muito mais seguindo uma lógica local – investigação do objeto quando faz parte do cotidiano da educação local, sem conseguir articular com as orientações externas – analisar a política além da “denúncia” das relações entre Estado e sociedade.

De acordo com Azevedo (2004), seria importante, ao se analisar as políticas, buscar compreender além das relações macrossociais que constituem o campo da política, investigar também as relações dessa com o movimento histórico local e supranacional, não de forma homogênea e mecânica, mas compreendendo essa relação como dialética. Nesse sentido, buscar compreender o próprio processo de contextualização com base nas características históricas da sociedade a que se destinam. Essa indicação, ainda de acordo com a autora, é justificada pelo fato de que ainda que a política educacional se apresente como um fenômeno com características comuns em nível global, localmente ela é apropriada de modo

singular, re-significada, o que gera a necessidade de investigação, conforme já dito, que apreenda como esses níveis se articulam. Isto é, não se desconsidera a importância, conforme inclusive ressaltado pela autora acima, das pesquisas investigarem os fenômenos em nível locais, entretanto, a observação aqui é direcionada pelo questionamento a essa focalização no local conseguir fazer as articulações com o global, ou concentrar-se apenas nas discussões do fenômeno em sua aparência imediata.

Esse questionamento surge ao considerar-se que a incidência de produção no momento em que a política está no contexto do uso parece indicar o localismo das pesquisas. Corroboram com a hipótese aqui apresentada as análises realizadas por Azevedo e Aguiar (1999, p. 04), da produção em que o objeto investigativo são as políticas de educação, nas quais as autoras pontuam que existe:

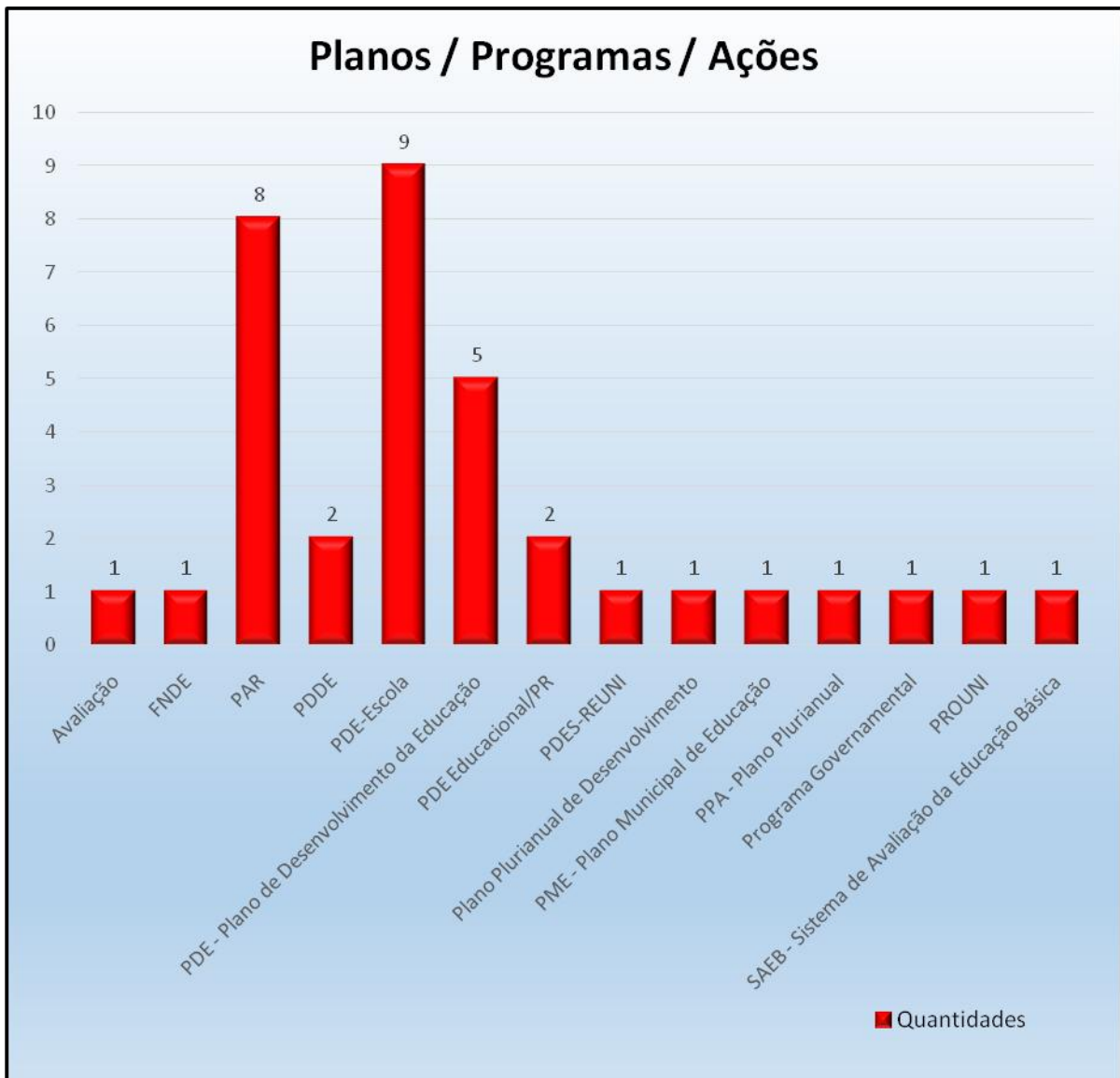
[...] um amplo recorte e fragmentação de objetos, o que impossibilita afirmar da presença contínua e da consistência de conhecimentos produzidos sobre a área que permitissem o vislumbrar de questões analíticas comuns e essenciais para a consolidação deste campo de saber.

Essas observações das autoras, bem como a indicação realizada por Azevedo (2004) para o desenvolvimento de análises de políticas públicas, isto é, a importância de se ir além da denúncia da relação Estado – sociedade, e dos estudos dos contextos da prática, conforme Ball (2004) define, parece ganhar novo peso quando analisa-se nas dissertações o como elas estudam o referido plano. Nas cinco dissertações encontradas, em que o PDE enquanto política nacional foi analisado, não foi possível identificar análises para além do contexto da prática.

Seguindo essa perspectiva, quando se analisam os resumos das dissertações e as cinco que foram lidas na íntegra por terem a política nacional PDE como objeto de estudo e não apenas suas ações e estratégias, não foram encontradas dissertações que analisem a política do PDE na configuração apontada por Azevedo (2004).

O Gráfico 4 mostra os objetivos de análise das pesquisas identificados nas dissertações.

Gráfico 4 – Planos, Programas e Ações



Fonte: Levantamento da pesquisadora (2015).

Pelos dados encontrados, o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE Escola e o Plano de Ações Articuladas – PAR são os que têm despertado os maiores interesses dos pesquisadores.

Esse resultado pode ser entendido pelo fato de que o PDE Escola está na unidade de ensino, sendo então uma ferramenta mais próxima dos educadores, instigando assim o interesse maior. O interesse pelo Plano de Ações Articuladas se justifica por ser o instrumento que os entes da federação possuem para que o Plano de Desenvolvimento da Educação chegue até eles. Outra questão importante é

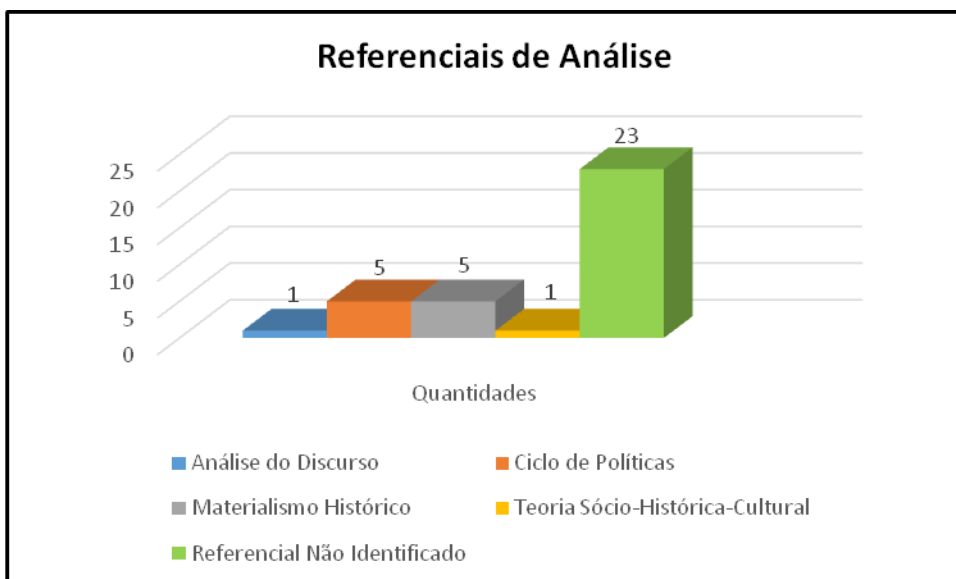
também pensar como uma política organizada para ser universal acaba tendo em vista seus desdobramentos nas diferentes ações, sendo tomada como uma política focal, o que pode gerar análises que percam de vista sua origem e determinações. Esse fato pode também indicar o que já foi destacado por Mainardes (2009), a fragilidade de utilização nas pesquisas sobre políticas públicas para educação com uma abordagem metodológica específica. Ainda segundo o autor,

As abordagens convencionais e lineares da análise de políticas parecem ter sido mais fortemente incorporadas nas pesquisas e publicações brasileiras do que as abordagens críticas e dialéticas (MAINARDES, 2009, p.06).

Fundamental ressaltar que ao indicar tais questões para reflexão, tem-se a consciência que não se pode tomar essas considerações como absolutas, nem tão pouco generalizar as análises ou julgar as pesquisas desenvolvidas. Pelo contrário, a intenção é provocar reflexões sobre o como as políticas públicas para educação estão sendo tradicionalmente pesquisadas no país, e que algumas fragilidades apontadas nesse processo por outros autores (AZEVEDO, 2004; MAINARDES, 2009) parecem estar presentes nesse levantamento, sobretudo pela ausência, na maioria dos resumos lidos, de uma identificação de qual referencial de análise está sendo utilizado.

Ao se considerar o referencial e análise, ou mesmo o referencial epistemológico das pesquisas, apresentou-se a seguinte situação:

Gráfico 5 – Referenciais de Análise dos trabalhos selecionados.



Fonte: Levantamento da pesquisadora (2015).

A maioria das pesquisas não identificam nem um referencial de análise de políticas, nem sua base de análise epistemológica. De modo similar, observa-se que uma pesquisa identifica como os dados foram analisados, isto é, a partir da teoria de análise do discurso, o que parece indicar uma confusão entre teoria epistemológica, referencial de análise de política e teoria para analisar os documentos e/ou discursos.

Esse aspecto das pesquisas parece ser confirmado quando é observado o campo em que as pesquisas foram desenvolvidas, conforme procura-se discutir na sequência.

#### 4.3 Esfera e campo de incidência dos estudos

A partir das análises das pesquisas, quando focadas na esfera de governo e campo no qual as pesquisas foram desenvolvidas, apresentam-se os seguintes gráficos.

Gráfico 6 – Esferas de Governo.

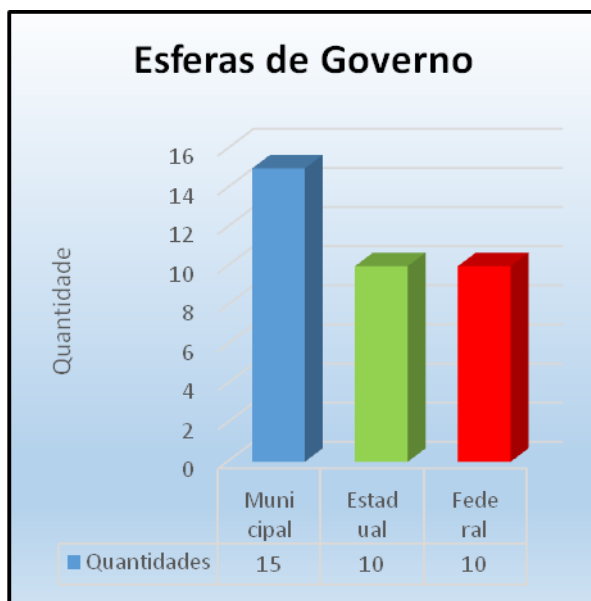
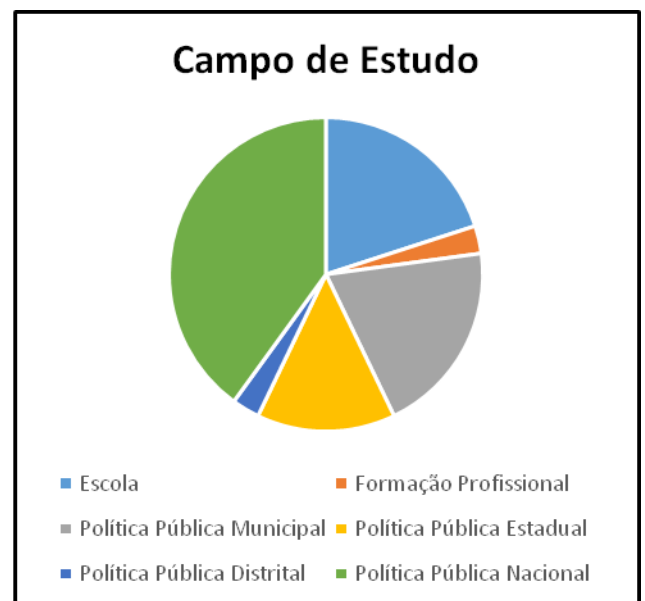


Gráfico 7 – Campo de Estudo.



Fonte: Levantamento da pesquisadora (2015).

Dentre as três esferas de governo em que se buscou situar as pesquisas, identificou-se um maior número de dissertações publicadas na esfera municipal. Porém, quando se identificou o campo de estudo, verificou-se que apesar da maior concentração das pesquisas se darem na esfera municipal, o campo de estudo, em grande parte, se apresentou no campo da Política Pública Nacional. Esse fato parece caracterizar, conforme Ball(1992) que apenas uma etapa do Ciclo de Políticas é avaliada na análise de políticas. Esse aspecto permite perceber que as pesquisas sobre Política Pública Nacional concentram seus estudos na arena da política em uso, de acordo com o já exposto anteriormente, ou seja, no contexto da prática.

O contexto da prática faz referência a alguns aspectos como a relação da política com a instituição, da política com uma política nova ou o contrário, considera-se também a questão material e a questão da funcionalidade da política dada a realidade. Todos esses aspectos remetem à relação da política com a realidade. O contexto “prática” para Ball (1992) se insere também em outros contextos como o da influência e da produção de texto. No entanto, a análise por um único contexto impede uma avaliação mais sistêmica da política, que além da ação, dos impactos e resultados, possui também suas relações estruturais que se inserem na sua formulação observado o contexto da influência e na elaboração e implantação observados o contexto da produção dos textos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como primícia compreender o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE enquanto política pública nacional. No entanto, com o desenvolvimento do processo inicial de busca para o levantamento bibliográfico por produções acadêmicas que versassem sobre o PDE, emergiram novas questões que mudaram o contorno e o objetivo inicial deste estudo.

Dessa forma, o tema da pesquisa foi analisar as produções científicas da área de educação que versam sobre esse plano. Assim, foi definido como objetivo geral: *analisar as produções científicas da área de educação que discutem o Plano de Desenvolvimento da Educação, tendo como foco a compreensão de como o PDE é apreendido e analisado como política pública nacional.*

A partir desse objetivo, foram delimitados os objetivos específicos: identificar as pesquisas nas quais o PDE figura como objeto de estudo; mapear as pesquisas do período 2007-2014 que versem sobre o PDE; evidenciar como as pesquisas discutem o PDE como política pública; pesquisar os referenciais de análises de políticas públicas utilizados nas pesquisas encontradas;

A primeira etapa do levantamento foi identificar quais eram as produções acadêmicas em nível de mestrado que tinham como objeto de pesquisa o Plano de Desenvolvimento da Educação. Nessa etapa, observou-se que das 35 dissertações encontradas apenas cinco traziam o PDE como objeto de pesquisa, os outros 30 trabalhos eram referentes aos programas, alguns planos e ações que compõem o PDE. O resultado corrobora com a afirmação de que há pouquíssimas produções acadêmicas na área da Educação que versem sobre política pública educacional.

Com o levantamento pronto, buscou-se mapear as produções acadêmicas selecionadas. O mapeamento das dissertações surpreendeu, uma vez que os resultados de pesquisas do tipo levantamento da produção científica e/ou estado da arte têm apontado para uma concentração de produções acadêmicas na região sul e sudeste em função do número de programas de pós-graduação nessas regiões ser maior do que nas demais, o estudo apresentou uma grande concentração das produções acadêmicas na região centro-oeste. Como o PDE incorporou alguns programas que haviam sido implementados nas regiões centro – oeste, nordeste e norte exclusivamente, em função da carência educacional apresentada pelos baixos resultados da avaliação internacional, parece que isso justifica a concentração de

dissertações nessa região, uma vez que os planos no quais foram incorporadas essas regiões foram implantados como política focal quase uma década antes do PDE incorporá-los e expandir para todo o território nacional.

Para a identificação dos referenciais de análise de políticas públicas, a pesquisa apresentou um resultado ínfimo, uma vez que a maioria das produções científicas não apresentam em seus resumos os referenciais de análise.

Com relação a como as dissertações discutem o Plano de Desenvolvimento da Educação, evidenciou-se nas pesquisas que o PDE é discutido como algo secundário aos seus programas e ações que acabam por ser foco principal das análises.

Dos cinco trabalhos que o PDE é o objeto em análise foi feita uma leitura completa de maneira a compreender a percepção da política pública educacional contida nas dissertações. A leitura propiciou apreender as seguintes reflexões: sendo o PDE uma política pública de governo e não de Estado e considerando os descontínuismos de políticas no Brasil, há uma preocupação nas relações de resultados estabelecidos por metas de longo prazo a serem alcançados, essa notoriedade permeou o trabalho de Myleck (2011). O estudo de Miranda (2012), ao avaliar o PDE considerando o Ciclo de Políticas, contribui para compreender o Plano como uma política que precisa ser repensada nos aspectos referentes a sua implementação e financiamento, partindo da abordagem de que políticas universalistas não comportam a heterogeneidade do contexto local dos municípios. Martins (2012) contribui na consideração da relação do Estado com os entes da federação analisando o regime de colaboração para implementação do PDE, no qual aponta falhas no cumprimento do regime, tanto por parte do MEC como por parte dos municípios e estados. Grinkraut (2012) faz uma importante análise ao situar o PDE no contexto internacional de gestão de políticas e elucida a relação dos Estados nos diversos níveis de regulação das políticas. Mainardi (2011) apresenta uma abordagem mais conceitual relacionando o PDE ao pensamento político pedagógico de Paulo Freire, buscando a compreensão sobre três categorias: autonomia, democracia e ética.

Ao analisarmos o Plano de Desenvolvimento da Educação a partir desses estudos com a perspectiva do objetivo final dessa política, que é a melhoria na qualidade da educação, as abordagens científicas buscaram fundamentos para uma discussão reflexiva dessa política pública. Suscitaram argumentos para fomentação

de um debate mais amplo, com o reconhecimento e sensibilização dos agentes envolvidos para uma análise de resultados das ações, sendo uma grande contribuição para a compreensão dessa tão importante política pública. Além disso, avançou-se na percepção de como a construção e elaboração podem interferir nas práticas de implementação de política pública educacional no país.

Interpretar e analisar políticas educacionais não é uma tarefa simples, e conhecer as orientações teórico-metodológicas para conduzirem as análises dessa modalidade é fundamental para a análise de políticas. Avaliando os trabalhos estudados, há de se pensar sobre os reais resultados a serem obtidos, considerando que políticas públicas apresentam resultados cumulativos. Não é possível pré-definir os resultados dessas ações políticas sem a utilização de referenciais para análise de políticas, uma vez que contribuem para novas perspectivas de análises.

O Plano de Desenvolvimento da Educação é uma política em ação, a utilização de referenciais de análise em novas pesquisas permitirá um avanço não apenas para as pesquisas científicas, mas para a política em si. Uma vez que as análises propiciem releituras, aprimoramento e novas perspectivas. Pensar e analisar essa tão importante política pública da educação permite perceber a ação política enquanto possibilidade.

Esse trabalho buscou não apenas analisar pesquisas que discorrem sobre o PDE, mas teve intenção de apresentar dados significativos para o avanço de pesquisas em políticas, contribuindo para o avanço das análises de políticas, ainda um campo tão recente dos estudos em nosso país.

*“O que dá o verdadeiro sentido ao encontro é a busca,  
e é preciso andar muito para se alcançar o que está perto.”*  
(SARAMAGO, 1997, p.68)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional.** Educação & Sociedade, ano XXII, n. 75, ago. 2001.

ANTONINI, Vanessa Lara. **Mobilização Social pela Educação e a Legitimação das Políticas Educacionais no PDE.** 01/03/2012, 173 f. Doutorado em Educação Escolar. Instituição de ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / Araraquara.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política.** 3. ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Condição Humana.** 11. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_; KOHN, Jerome (Org.). **A promessa da política.** 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

\_\_\_\_\_. LUDZ, Ursula. **O que é política?** 5. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ARISTÓTELES. **A política.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação Como Política Pública.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_; AGUIAR, M.A. Políticas de educação: concepções e programas. In: WITTMANN, L.C.; GRACINDO, R.V. (Coord.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997.** Brasília: INEP, 1999. p. 43- 51.

AZEVEDO. Lins de. **Implicações da nova lógica da ação do Estado para a educação municipal.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 49-71, set. 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/5152639>. Acesso em: 20 fev. 2015.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BAPTISTA, Tatiana W.; RESENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: Mattos, Ruben A.; Baptista, Tatiana W. **Caminhos para análise de políticas de saúde**, 2011. P.138-172. Disponível em <[www.ims.uerj.br/ccaps](http://www.ims.uerj.br/ccaps)>. Acesso em 12 de jun.de 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70 Ltda., Lisboa/Portugal, 2009.

\_\_\_\_\_. **Análise de Conteúdo**. Edições 70 Ltda., Lisboa/Portugal, 2010.

BARROSO, J.; VISEU, S. **A emergência de um mercado educativo no planejamento da rede escolar**: de uma regulação pela oferta a uma regulação pela procura. Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n. 84, p.897-921, set. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n84/a08v2484.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Os novos modos de regulação das políticas educativas na Europa**: da regulação do sistema a um sistema de regulações. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 39. p.19-28, jul. 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/26414/15406>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-749, out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In M.W. Bauer & G. Gaskell (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. (pp.189-217). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERNARDO, Debora Giselli, ROCHA, Alessandra Santos. Pesquisa Bibliográfica: Entre Conceitos e Fazeres. In: ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar. GONZAGA, Maria Tereza Claro (Org.). **Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas**. Maringá: EDUEM, 2011. p. 277.

BOBBIO, N. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. **A teoria das formas de Governo**. 10 ed. Brasília: Ed. UNB, 2001.

\_\_\_\_\_; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de Política Pública**. UNB, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estado, Governo e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987, 4a ed, 1987.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Reformismo, socialismo e igualdade**. *Novos Estudos*, n. 19, p. 23, dez. 1987.

\_\_\_\_\_. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/par/par-apresentacao>>. Acesso em 12 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Compromisso todos pela educação: passo-a-passo**. Brasília, DF: MEC, [2008]. Disponível em: <<http://scweb.mec.gov.br/termo/action/livreto.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de metas compromisso todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 de abril de 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 29, de 20 de junho de 2007**. Estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007. Brasília, DF, 2007c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2007>>. Acesso em: 8 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 46, de 31 de outubro de 2008**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 29, de 20 de julho de 2007, que estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar e voluntária a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2008>. Acesso em: 8 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 47, de 2 de setembro de 2007**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 29, de 20/7/2007, que estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar e voluntária a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007. Brasília, DF, 2007d. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2007>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, [2008]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro>>. Acesso em 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Orientações gerais para a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos municípios**. rev. ampl. Brasília/DF: MEC, 2009a. Disponível em: <[www.simec.mec.gov.br](http://www.simec.mec.gov.br)>. Acesso em: 26 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **PAR: relatório público**. Brasília, DF: [2007]. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília, DF: MEC, 2007a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de metas compromisso todos pela educação: instrumento de campo**. Brasília, DF: MEC, 2008a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diagnostico.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento. **PAC**. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

CAMPOS, Maria Malta. **Para que serve a pesquisa em educação?** Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 136, p. 269-283, 2009.

CAPES, **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso em 26 nov. 2009.

CHARLOT, Bernard. **A Pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas**: especificidades e desafios de uma área de saber. Revista Brasileira de Educação, v.11, n.31, p.7-18, jan./abr. 2006.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo, Cortez, 2008.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; CUNHA, Suzana Ezequiel da. **Os caminhos da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2004.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e democracia no Brasil-São Paulo**: Cortez/EDUFF/FLACSO. 1991.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: FIGUEIREDO, V. **Filósofos na sala de aula**, vol. 2, 2007, p. 132.

ESTRADA, Adrian Alvarez. SPECK, Raquel Angela. **O Plano de Desenvolvimento da Educação e suas relações com as alterações no mundo do trabalho**. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 38, nº 1, p. 26-27, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.senac.br/media/6619/artigo3.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educ. Soc., Ago. 2002, vol.23, no.79, p.257-272. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FREITAS, D. N. **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica, e educativa**. Campinas: Autores Associados, 2007.

GADOTTI, Moacyr. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 14ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

GAPI – UNICAMP. **Metodologia de análise de políticas públicas, 2002**. Disponível em: <[http://empreende.org.br/pdf/Democracia e Participação/Metodologia de Análise de Políticas Públicas.pdf](http://empreende.org.br/pdf/Democracia%20e%20Participação/Metodologia%20de%20Análise%20de%20Políticas%20Públicas.pdf)>. Acesso em 15 jun. 2015.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Pesquisa na pós-graduação e seus impactos na educação**. Educação & Linguagem, v.9, n.14, p,16-33, jul./dez. 2006.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário** In: GENTILI, P. e SILVA, T.T. (Orgs.). Escola S. A. quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo. Brasília – D.F.: CNTE, p. 9-49, 1996.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**". Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GRINKRAUT, Ananda. **Conflitos na Implementação da Política Educacional Brasileira: As Relações entre a União e os Municípios a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. 01/02/2012, 194 f. Mestrado Acadêmico em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas.

HADDAD, S. **Educação de Jovens e Adultos de no Brasil (1986 - 1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. 140 p: il. (Série Estado do Conhecimento, ISSN 1676-0565, n. 8). Disponível em: <<http://pedtarde.blog.com/files/2012/11/EJA-no-Brasil-1986-a-1998.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

IBICT, **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/sobre-o-ibict/historico-1>>. Acesso em 15 jun. 2015.

KRAWCZYK, N. R. **Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 799-819, out. 2005.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologie de l'action publique**. Paris: Armand Colin, 2007.

LEHER, Roberto. **Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39, p.423-36, set./dez. 2008.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma Contribuição para a Análise de Políticas Educacionais**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, Jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas**. Contrapontos, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Comentários sobre o texto “Voices/political networks and a global neoliberal curriculum”, de autoria de Sthephen J. Ball. In: PEREIRA, M. Z. C.; PORTO, R. de C.C.; BARBOSA, S.W.X.; DANTAS, V. X.; ALMEIDA, W. G. de (Orgs.). **Diferença nas políticas de currículo**. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2010. P. 47-54.

MAINARDI, Marcia Helena Pilon. **Paulo Freire e o PDE do Governo Lula: Bem mais que simples coincidências** '01/08/2011, 152 f. MESTRADO ACADÊMICO em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Campus das Ciências Sociais.

MARTINS, A. M. **Autonomia da escola: a (ex) tensão do tema nas políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Aurea Peniche. **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/MEC) e sua efetivação por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) em São Miguel do Guamá (PA)**. 01/06/2012, 209 f. Mestrado Acadêmico em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, IlzaMartins. **Por que Planejar? Como Planejar?** Currículo - Área – Aula. Escola em Debate, 13. Ed. Editora Vozes 2005.

MILEK, Emanuelle. **Gestão da Educação e Políticas Públicas: O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em Exame**. 01/12/2011, 170 f. Mestrado Acadêmico em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Tuiuti do Paraná.

MIRANDA, Maura da Silva. **A Gestão da Educação Municipal Frente às Políticas em Regime de Colaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação: Um Estudo de Caso em um Município do Território do Sisal-Bahia**. 01/03/2012, 134 f. Mestrado Acadêmico em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia.

MORAES, R. Análise de Conteúdo: limites e possibilidades. In: ENGERS, M.E.A. (org.). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Institucional: quem somos**. [2006]. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

NARDI, Elton Luiz; SCHNEIDER, Marilda Pasqual; DURLI, Zenilde. **O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e a visão sistêmica de educação**. RBPAE – v.26, n.3, p. 551-564, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19798>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

OLIVEIRA, Adão F. de. Percalços da escola e desafios da educação. In: OLIVEIRA, Adão F. De; NASCIMENTO, Claudemiro G. do (orgs.). **Educação na alternância: cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas educacionais no Governo Lula: rupturas e permanências**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

\_\_\_\_\_. **Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n.92, p. 753-775, especial – out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a03.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

PETERS, M.; MARSHALL, J; FITZSIMONS, P. Gerencialismo e Política Educacional em um contexto global: Foucault, neoliberalismo, e a doutrina da autoadministração. In: Burbules, N. e Torres, C. A (eds.) **Globalização e Educação** – perspectivas críticas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **As licenciaturas no Brasil:** um balanço das teses e dissertações dos anos 90. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <[www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=237](http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=237)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. ENS, Romilda Teodora. **As Pesquisas Denominadas Do Tipo “Estado Da Arte” Em Educação.** Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. Izabel. **O Estudo da Política** : tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SANTOS, E. F. **A Monarquia no Brasil:** o pensamento político da independência. 1. ed. Vitória/ES: Edufes, 1999. v.1. 335.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a Cegueira.** São Paulo : Companhia das Letras, 1995. — 310 p.

\_\_\_\_\_. **Todos os nomes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.& GUINDANI, J. P. **Pesquisa documental: pistasteóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I, n. I, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com>>. Acesso em 17 abr. 2011.

SAVIANI, Demerval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez, 2002. Pg.64-5).

\_\_\_\_\_. **Escola e Democracia**: Teorias da Educação, Curvatura da vara, Onze Teses sobre Educação e Política. 23<sup>o</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise crítica da política do MEC. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009. – (coleção Polêmicas do nosso tempo, 99).

\_\_\_\_\_. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise do projeto do MEC. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n.100, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise crítica da política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.

\_\_\_\_\_. **PDE está em cada escola**. Nova Escola: gestão escolar. ago./set. 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

SILVA, Andréia Ferreira da. **Plano de desenvolvimento da educação**: avaliação da Educação Básica e desempenho docente. Inter-Ação, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 415-435, jul./dez. 2010.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. **Decifrar textos para compreender a política; subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos**. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 2, jul/dez, 2005, p. 427-446. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

SIVA, Luis Inácio. **Discurso do Presidente**. Secretária de Comunicação Social. 2007, p.9. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/1o-semester/24-04-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-assinatura-dos-atos-normativos-do-plano-de-desenvolvimento-da-educacao-pde/view>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

SOARES, Magda. **Alfabetização no Brasil**: o estado do conhecimento. Brasília: MEC/INEP, 1989.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca Pereira. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Disponível em: <http://www.mec.inep.gov.br>, 2000. Acesso em: 07 dez. 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez., 2006. (p. 20-45). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 15 jan. 2015.

TORRES, Carlos Alberto. **Teoria Crítica e Sociológica**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003.

VOSS, Dulce Mari da Silva. **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): contextos e discursos**. Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPeI | Pelotas [38]: 43 - 67, janeiro/abril 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1542/1449>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

## ANEXOS

## ANEXO A

Tabela 10: Resultado primeira busca - Descritores / Título -Banco IBICT.

DISSERTAÇÕES SELECIONADAS NO SITE DO IBICT - ANÁLISE POR DESCRITORES						
ITEM	AUTOR	ANO	FACULDADE	ESTADO	REGIÃO	DISSERTAÇÃO
1	DINIZ, Maria Auriana Pinto	2014	UNB	DISTRITO FEDERAL	CENTRO-OESTE	A adesão ao Plano de Ações Articuladas influencia a gestão da educação básica no Distrito Federal?
2	NASCIMENTO, Luciane da Silva	2010	UERJ	RIO DE JANEIRO	SUDESTE	Financiamento e participação democrática na educação: a relação entre o Programa Dinheiro Direto na Escola e o Plano de Desenvolvimento da Educação
3	RIBEIRO, Fernanda Lucena	2013	UNB	DISTRITO FEDERAL	CENTRO-OESTE	O impacto do Plano de Ações Articuladas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação na qualidade da educação básica
4	SCHIMONEK, Elisângela Maria Pereira	2012	UNESP	SÃO PAULO	SUDESTE	O plano de desenvolvimento da escola (PDE-Escola): instrumento de autonomia para as unidades escolares?
5	MELO, Geysa Maria Bacelar Pontes	2014	UNB	DISTRITO FEDERAL	CENTRO-OESTE	Planejamento da política educacional no Brasil : da diversidade conceitual e programática a uma proposta técnica de alinhamento estratégico
6	GRINKRAUT, Ananda	2012	UNICAMP	SÃO PAULO	SUDESTE	Conflitos na implementação da política educacional brasileira : as relações entre a União e os municípios a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)
7	SILVA, Kátia Valéria Ataíde e	2011	UFPB	PARAÍBA	NORDESTE	Plano de desenvolvimento da escola (PDE-Escola) e a gestão escolar: limites e possibilidades
8	MICHELON, Edimor Antônio	2014	UNIOESTE	PARANÁ	SUL	Política educacional no Brasil: proposições educacionais no plano plurianual dos governos Lula e Dilma Rousseff (2008-2011)
9	AUDI, Luciana Cristina da Costa	2010	UEL	PARANÁ	SUL	Eu me sinto responsável : os impactos do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) sobre a formação de professores de inglês
10	MAFASSIOLI, Andréia da Silva	2011	UFRGS	RIO GRANDE DO SUL	SUL	Plano de ações articuladas : uma avaliação da implementação no município de Gravataí/RS
11	POSSI, Ester Hinterlang de Barros	2012	UEL	PARANÁ	SUL	Programa de desenvolvimento educacional - PDE/PR (2007-2009) : um estudo sobre transformações e permanências
12	LIMA, Maria Lúcia de Oliveira Feliciano de	2011	UNB	DISTRITO FEDERAL	CENTRO-OESTE	Empreendedores de Políticas Públicas na Implementação de Programas Governamentais: estudo de caso com diretoras de escolas no Distrito Federal

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Tabela 11: Resultado primeira busca- Descritores/Títulos -BancoCAPES.

DISSERTAÇÕES SELECIONADAS NO SITE DA CAPES - ANÁLISE POR DESCRITORES						
ITEM	AUTOR	ANO	FACULDADE	ESTADO	REGIÃO	DISSERTAÇÃO
1	SOLANO, Cleonice Halfeld	2011	UFJF	MINAS GERAIS	SUDESTE	Plano de Desenvolvimento da Educação e Plano de Desenvolvimento da Escola: desdobramentos da implementação dessas políticas no contexto escolar
2	SOUSA, Melissa Fabiane Barreto de	2012	UNEB	BAHIA	NORDESTE	O PDE Escola em foco: uma análise do programa em duas unidades escolares da rede municipal de Salvador
3	FERREIRA, Mariana	2012	UEPG	PARANÁ	SUL	O programa PDE Escola: uma análise da sua implementação em Guarapuava-PR
4	SOARES, Gracielle Gomes	2012	UFMT	MATO GROSSO	CENTRO-OESTE	A política do nome próprio no PAR/MT.
5	MILEK, Emanuelle	2011	UTP	PARANÁ	SUL	Gestão da Educação e Políticas Públicas: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em exame.
6	TAQUES, Mariana Fonseca	2011	UFPR	PARANÁ	SUL	O PDE-Escola nas escolas da rede estadual do Paraná: entre o gerenciamento e as possibilidades democráticas
7	AMORIM, Milene	2011	UFGD	MATO GROSSO DO SUL	CENTRO-OESTE	A qualidade da educação básica no PDE: uma análise a partir do Plano de Ações Articuladas
8	MAINARDI, Marcia Helena Pilon	2011	UFPEL	RIO GRANDE DO SUL	SUL	Paulo Freire e o PDE do governo Lula: bem mais que simples coincidências
9	SILVA, Kátia Valéria Ataíde e	2011	UFPB	PARAÍBA	NORDESTE	Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) e a Gestão Escolar: limites e possibilidades
10	SCHIMONEK, Elisângela Maria Pereira	2012	UNESP	SÃO PAULO	SUDESTE	O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola): instrumento de autonomia para as unidades escolares?
11	GRINKRAUT, Ananda	2012	UNICAMP	SÃO PAULO	SUDESTE	Conflitos na implementação da política educacional brasileira : as relações entre a União e os municípios a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação
12	MIRANDA, Maura da Silva	2012	UFBA	BAHIA	NORDESTE	A gestão da educação municipal frente às políticas em regime de colaboração do plano de desenvolvimento da educação: um estudo de caso em um município do território do Sisal-Bahia
13	SANTOS, Ana Marcia Lima	2012	UNEB	BAHIA	NORDESTE	O Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE e a Gestão dos Recursos Financeiros: implantação da metodologia de planejamento estratégico do Programa Fundescola na escola municipal comunitária de Canabrava/Salvador
14	MARTINS, Aurea Peniche	2012	UFPA	PARÁ	NORTE	O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/MEC) e sua efetivação por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) em São Miguel do Guamá (PA).
15	SANTOS, Crisolita Gonçalves dos	2012	UFPA	PARÁ	NORTE	O PDE Escola: autonomia e qualidade do ensino na gestão educacional em Igarapé-miri e na Escola Rio Tocantins.
16	SPECK, Raquel Angela	2012	UNIOESTE	PARANÁ	SUL	O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDEE) como expressão do gerencialismo na educação
17	BORGES, Marcelo Silva	2012	UNEB	BAHIA	NORDESTE	Plano de Metas /PAR e o desenvolvimento territorial
18	ANTUNES, Vera de Fatima Paula	2012	UCDB	MATO GROSSO DO SUL	CENTRO-OESTE	A utilização dos resultados da avaliação institucional externa da educação básica no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios sul-mato-grossenses (2007-2010)
19	MAFASSIOLI, Andréia da Silva	2011	UFRGS	RIO GRANDE DO SUL	SUL	Plano de ações articuladas : uma avaliação da implementação no município de Gravataí/RS
20	SIQUEIRA, Welley Alves	2012	UFMT	MATO GROSSO	CENTRO-OESTE	A política do nome próprio e as forças que constituem uma Política Pública em Educação
21	ABOUKALAN, Roberto Jorge	2011	UFJF	MINAS GERAIS	SUDESTE	Financiamento público da educação: implementação de políticas e implicações na gestão escolar o programa dinheiro direto na escola.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Tabela 12: Resultado levantamento - Filtro Descritores/ TítuloBanco IBICT.

DISSERTAÇÕES SELECIONADAS NO SITE DO IBICT - ANÁLISE POR FILTRO						
ITEM	AUTOR	ANO	FACULDADE	ESTADO	REGIÃO	DISSERTAÇÃO
1	NASCIMENTO, Luciane da Silva	2010	UERJ	RIO DE JANEIRO	SUDESTE	Financiamento e participação democrática na educação: a relação entre o Programa Dinheiro Direto na Escola e o Plano de Desenvolvimento da Educação
2	SCHIMONEK, Elisangela Maria Pereira	2012	UNESP	SÃO PAULO	SUDESTE	O plano de desenvolvimento da escola (PDE-Escola): instrumento de autonomia para as unidades escolares?
3	MELO, Geysa Maria Bacelar Pontes	2014	UNB	DISTRITO FEDERAL	CENTRO-OESTE	Planejamento da política educacional no Brasil : da diversidade conceitual e programática a uma proposta técnica de alinhamento estratégico
4	GRINKRAUT, Ananda	2012	UNICAMP	SÃO PAULO	SUDESTE	Conflitos na implementação da política educacional brasileira : as relações entre a União e os municípios a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)
5	MAFASSIOLI, Andréia da Silva	2011	UFRGS	RIO GRANDE DO SUL	SUL	Plano de ações articuladas : uma avaliação da implementação no município de Gravataí/RS
6	SANTOS, Anderson Fernandes Anauso dos	2010	UFPE	PERNAMBUCO	NORDESTE	Estudo da percepção dos princípios de governança aplicado ao setor público na gestão do Plano de Desenvolvimento da Educação Superior brasileira REUNI, na Universidade Federal de Pernambuco
7	LYRIO, Luzinete Barbosa	2013	UNIFACS	BAHIA	NORDESTE	A construção do Plano Municipal de Educação: concepção e prática nos municípios do território de identidade médio Rio das Contas - Bahia
8	SILVA, Sheila Messias da	2012	UFPE	PERNAMBUCO	NORDESTE	Uma análise dos relatórios de gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação à luz da governança aplicada ao setor público
9	FERRARI, Rafael Martins	2011	UNB	DISTRITO FEDERAL	CENTRO-OESTE	Uma idéia cujo tempo chegou : a institucionalização da avaliação de políticas públicas em educação no contexto do governo federal

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Tabela 13: Resultado levantamento - Filtro Descritores/ Título Banco CAPES.

DISSERTAÇÕES SELECIONADAS NO SITE DO CAPES - ANÁLISE POR FILTRO						
ITEM	AUTOR	ANO	FACULDADE	ESTADO	REGIÃO	DISSERTAÇÃO
1	SOLANO, Cleonice Halfeld	2011	UFJF	MINAS GERAIS	SUDESTE	Plano de Desenvolvimento da Educação e Plano de Desenvolvimento da Escola: desdobramentos da implementação dessas políticas no contexto escolar
2	SOUSA, Melissa Fabiane Barreto de	2012	UNEB	BAHIA	NORDESTE	O PDE Escola em foco: uma análise do programa em duas unidades escolares da rede municipal de Salvador
3	FERREIRA, Mariana	2012	UEPG	PARANÁ	SUL	O programa PDE Escola: uma análise da sua implementação em Guarapuava-PR
4	SOARES, Gracielle Gomes	2012	UFMT	MATO GROSSO	CENTRO-OESTE	A política do nome próprio no PAR/MT.
5	MILEK, Emanuelle	2011	UTP	PARANÁ	SUL	Gestão da Educação e Políticas Públicas: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em exame.
6	TAQUES, Mariana Fonseca	2011	UFPR	PARANÁ	SUL	O PDE-Escola nas escolas da rede estadual do Paraná: entre o gerenciamento e as possibilidades democráticas
7	AMORIM, Milene	2011	UFGD	MATO GROSSO DO SUL	CENTRO-OESTE	A qualidade da educação básica no PDE: uma análise a partir do Plano de Ações Articuladas
8	MAINARDI, Marcia Helena Pilon	2011	UFPEL	RIO GRANDE DO SUL	SUL	Paulo Freire e o PDE do governo Lula: bem mais que simples coincidências
9	SCHIMONEK, Elisângela Maria Pereira	2012	UNESP	SÃO PAULO	SUDESTE	O plano de desenvolvimento da escola (PDE-Escola): instrumento de autonomia para as unidades escolares?
10	GRINKRAUT, Ananda	2012	UNICAMP	SÃO PAULO	SUDESTE	Conflitos na implementação da política educacional brasileira : as relações entre a União e os municípios a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)
11	MIRANDA, Maura da Silva	2012	UFBA	BAHIA	NORDESTE	A gestão da educação municipal frente às políticas em regime de colaboração do plano de desenvolvimento da educação: um estudo de caso em um município do território do Sisal-Bahia
12	MARTINS, Aurea Peniche	2012	UFPA	PARÁ	NORTE	O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/MEC) e sua efetivação por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) em São Miguel do Guamá (PA).
13	SPECK, Raquel Angela	2012	UNIOESTE	PARANÁ	SUL	O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDEE) como expressão do gerencialismo na educação
14	BORGES, Marcelo Silva	2012	UNEB	BAHIA	NORDESTE	Plano de Metas /PAR e o desenvolvimento territorial
15	ANTUNES, Vera de Fatima Paula	2012	UCDB	MATO GROSSO DO SUL	CENTRO-OESTE	A utilização dos resultados da avaliação institucional externa da educação básica no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios sul-mato-grossenses (2007-2010)
16	MAFISSOLI, Andréia da Silva	2011	UFRGS	RIO GRANDE DO SUL	SUL	Plano de ações articuladas : uma avaliação da implementação no município de Gravataí/RS
17	SIQUEIRA, Welley Alves	2012	UFMT	MATO GROSSO	CENTRO-OESTE	A política do nome próprio e as forças que constituem uma Política Pública em Educação
18	ANDRADE, Alenis Cleusa de	2011	UNISINOS	RIO GRANDE DO SUL	SUL	Avaliação em larga escala: perspectiva da gestão democrática.
19	SILVA, Eduardo Henrique Oliveira da	2011	UFMS	MATO GROSSO DO SUL	CENTRO-OESTE	Financiamento de bolsas de estudos para o ensino superior: o programa universidade para todos (prouni) em mato grosso do sul, no período de 2005 a 2010.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.